

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes, referentes às atividades da Santander Seguros S.A. (Santander Seguros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo os critérios da Circular SUSEP 424/2011.

### Reestruturações Societárias

#### a) Venda da Santander Seguros

Com base na aprovação prévia emitida pela SUSEP no dia 23 de agosto de 2011, em 05 de outubro de 2011 foi realizado o fechamento da operação de venda (a "Operação") da totalidade das ações de emissão da Santander Seguros pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) para (i) Zurich Santander Insurance America, S.L. (Zurich Santander), sociedade holding com sede na Espanha detida, direta ou indiretamente, 51% (cinquenta e um por cento) pela Zurich Financial Services Ltd. e suas afiliadas (Zurich) e 49% (quarenta e nove por cento) pelo Banco Santander, S.A. (Banco Santander Espanha), e (ii) Inversiones ZS America SPA, sociedade com sede no Chile e detida pela Zurich Santander (Inversiones ZS).

Referido fechamento compreendeu a efetiva transferência, (i) pelo Banco Santander à Zurich Santander, de 11.251.174.948 ações ordinárias de emissão da Santander Seguros, e (ii) pelo Banco Santander à Inversiones ZS, de 3 ações ordinárias de emissão da Santander Seguros.

O preço de compra e venda final será definido oportunamente, com base no balanço patrimonial especial a ser preparado pela Santander Seguros em relação ao período encerrado em 30 de setembro de 2011 a ser apresentado no primeiro semestre de 2012 e no mecanismo de ajuste de preço expressamente previstos no respectivo Contrato de Compra e Venda datado de 14 de julho de 2011, e uma vez definido, o Banco Santander irá divulgá-lo ao público em geral e realizar a oferta do direito de preferência aos seus acionistas, nos termos do artigo 253 da Lei 6.404/1976.

A Operação está inserida no contexto da parceria estratégica no exterior entre Santander Espanha e Zurich, envolvendo a aquisição, pela Zurich Santander, de todas as seguradoras de ramos elementares e de vida e previdência do Santander Espanha na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai.

Como parte da Operação, o Banco Santander distribuirá exclusivamente os produtos de seguros, nos próximos 25 anos, através de sua rede de agências, com exceção dos seguros de automóveis, que não estão incluídos no escopo de exclusividade na Operação. Como resultado destes contratos, o Banco Santander receberá uma remuneração equivalente à atualmente praticada.

A Operação visa fomentar e fortalecer a atuação do Banco Santander no mercado de seguros, fornecendo uma maior oferta de produtos, abrangendo classes de clientes atualmente não exploradas e alavancando a capacidade de distribuição do Banco Santander, entre outros.

A Operação, na forma da regulamentação aplicável, está sujeita à homologação da SUSEP.

#### b) Cisão Parcial da Santander Seguros com Versão da Parcela Cindida para Sancap Investimentos e Participações S.A.

No contexto da operação de venda da Santander Seguros, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada a Cisão Parcial da Santander Seguros com versão da parcela cindida de seu patrimônio a uma nova sociedade, constituída no ato da Cisão Parcial, sob a denominação social de Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap). O acervo cindido para a Sancap corresponde ao valor total de R\$511.774 e refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela Santander Seguros no capital social da Santander Capitalização S.A.

A operação de Cisão Parcial foi homologada pela SUSEP em 9 de agosto de 2011.

#### Conjuntura Econômica

A economia brasileira segue em expansão, ainda que em ritmo ligeiramente mais moderado. Até o terceiro trimestre de 2011, o PIB apresentou um avanço de 2,2%, comparado com o mesmo período de 2010, abaixo dos 3,3% registrados no trimestre anterior.

A inflação permanece acima do objetivo do Banco Central do Brasil, o principal índice de preços ao consumidor registrou alta de 6,5% em 2011.

O desempenho da balança comercial, em 2011, se mostrou bastante favorável, com saldo positivo de US\$ 29,8 bilhões. As exportações continuam sendo sustentadas tanto pelo aumento do volume como, em grande parte, pela elevação dos preços de algumas commodities, impulsionadas pelo crescimento dos países emergentes. Já as importações revelam uma demanda interna que se mantém aquecida e uma moeda brasileira forte. A taxa de câmbio encerrou dezembro no patamar de R\$1,88/US\$.

O estoque de crédito do sistema financeiro atingiu R\$2,03 trilhão em dezembro, registrando aumento de 19% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A solidez da demanda interna e do sistema financeiro continua sendo fundamental para sustentar o crescimento brasileiro, a despeito das incertezas que cercam a recuperação econômica global. A manutenção de bons fundamentos terá papel relevante para garantir a sustentabilidade deste ciclo de crescimento da economia.

Nos primeiros cinco meses do ano o mercado de seguros do Brasil cresceu 18,4%, com vendas de R\$44,9 bilhões. Segundo dados da SUSEP, seguros gerais participou com R\$28,9 bilhões do valor total, seguros de pessoas e previdência com R\$16,0 bilhões. As indenizações pagas aos segurados ou titulares com pedidos de resgate totalizaram R\$20,2 bilhões no mesmo período.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	2011	2010	Nota	2011	2010
<b>Ativo Circulante</b>	<b>21.924.835</b>	<b>20.313.899</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>22.153.603</b>	<b>20.152.746</b>
<b>Disponível</b>	<b>5</b>	<b>32.270</b>	<b>Contas a Pagar</b>	<b>63.318</b>	<b>297.937</b>
Caixa e Bancos	32.270	134.446	Obrigações a Pagar	14.a	32.020
<b>Aplicações</b>	<b>6</b>	<b>20.586.976</b>	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	14.b	17.630
Títulos de Renda Fixa	68.408	535.447	Encargos Trabalhistas	14.c	985
Títulos de Renda Variável	18.662	18.536	Impostos e Contribuições	14.d	5.721
Cotas de Fundos de Investimentos	20.424.650	18.856.543	Outras Contas a Pagar		6.962
Outras Aplicações	75.256	78.770	<b>Débitos de Operações com Seguros e Resseguros</b>		<b>355.724</b>
<b>Créditos das Operações com Seguros e Resseguros</b>	<b>7</b>	<b>298.837</b>	Prêmios a Restituir		540
Prêmios a Receber	294.951	32.549	Operações com Seguradoras		111
Operações com Seguradoras	5.582	3.852	Operações com Resseguradoras		7.396
Operações com Resseguradoras	5.720	4.845	Corretores de Seguros e Resseguros		5.030
Outros Créditos Operacionais	521	-	Outros Débitos Operacionais	16	316.622
(-) Provisão para Riscos de Créditos	(7.937)	(1.747)	<b>Débitos das Operações com Previdência Complementar</b>		<b>5.969</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>	<b>8</b>	<b>102.196</b>	Operações de Repasses		309
Títulos e Créditos a Receber	40.072	61.676	Outros Débitos Operacionais		5.660
Créditos Tributários e Previdenciários	9	70.321	<b>Depósitos de Terceiros</b>	<b>17</b>	<b>12.800</b>
Outros Créditos a Receber	23.918	2.320	<b>Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros</b>		<b>16.104.830</b>
(-) Provisão para Riscos de Créditos	(32.115)	(22.456)	<b>Ramos Elementares e Vida em Grupo</b>		<b>1.800.502</b>
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>7</b>	<b>76</b>	Provisão de Prêmios não Ganhos	18.a	1.391.562
<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>8</b>	<b>85</b>	Provisão de Insuficiência de Prêmios		111.338
<b>Custos de Aquisição Diferidos</b>	<b>18.g</b>	<b>904.395</b>	Provisão de Sinistros a Liquidar	18.b	204.526
Seguros	904.373	574.831	Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	18.d	86.766
Previdência	22	983	Outras Provisões		6.310
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>2.714.591</b>	<b>2.945.908</b>	<b>Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevivência</b>	<b>18.e</b>	<b>14.304.328</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>6</b>	<b>1.707.692</b>	Provisão Matemática de Benefícios a Conceder		14.291.473
<b>Aplicações</b>	<b>6</b>	<b>1.489.193</b>	Provisão Matemática de Benefícios Concedidos		296
Títulos de Renda Fixa	6.d	1.489.193	Provisão de Insuficiência de Prêmios		1.638
Outras Aplicações	6.d	4.457	Outras Provisões		10.931
(-) Provisão para Desvalorização	6.d	(4.457)	<b>Provisões Técnicas - Previdência Complementar</b>	<b>18.f</b>	<b>5.601.641</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>	<b>8</b>	<b>57</b>	<b>Planos não Bloqueados</b>		<b>5.601.641</b>
Títulos e Créditos a Receber	8	57	Provisão Matemática de Benefícios a Conceder		5.532.193
Créditos Tributários e Previdenciários	9	54.902	Provisão de Riscos não Expirados		2.983
Depósitos Judiciais e Fiscais	10	171.308	Provisão de Oscilação de Riscos		402
(-) Provisão para Riscos de Créditos	(7.768)	(7.058)	Provisão Matemática de Benefícios Concedidos		21.494
<b>Investimentos</b>	<b>11</b>	<b>130.899</b>	Provisão de Benefícios a Regularizar		6.748
Participações Societárias	11	130.731	Provisão de Insuficiência de Contribuição		10.724
(-) Provisão para Desvalorização	(840)	(840)	Provisão de Excedente Financeiro		328
Imóveis Destinados à Renda	1.373	1.373	Provisão de Eventos Ocorridos mas não Avisados		6.087
(-) Depreciação	(316)	(289)	Outras Provisões		20.682
Outros Investimentos	440	439	<b>Outros Débitos</b>		<b>9.321</b>
(-) Provisão para Desvalorização	(489)	(492)	<b>Passivo não Circulante</b>		<b>622.573</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>12</b>	<b>693</b>	<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>622.573</b>
Imóveis	720	720	<b>Contas a Pagar</b>		<b>105.223</b>
Bens Móveis	898	898	Tributos Diferidos	23.d	105.223
(-) Provisão para Desvalorização	(162)	(162)	<b>Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros</b>		<b>2.583</b>
(-) Depreciação	(763)	(637)	<b>Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevivência</b>	<b>18.e</b>	<b>2.583</b>
<b>Intangível</b>	<b>13</b>	<b>875.307</b>	Provisão Matemática de Benefícios a Conceder		471
Ágios de Incorporação	869.992	869.992	Provisão Matemática de Benefícios Concedidos		1.672
Outros Intangíveis	5.315	4.104	Outras Provisões		440
<b>Total do Ativo</b>	<b>24.639.426</b>	<b>23.259.807</b>	<b>Provisões Técnicas - Previdência Complementar</b>	<b>18.f</b>	<b>337.070</b>
			<b>Planos não Bloqueados</b>		<b>337.070</b>
			Provisão Matemática de Benefícios Concedidos		262.007
			Provisão de Insuficiência de Contribuição		70.305
			Provisão de Excedente Financeiro		3.283
			Outras Provisões		1.475
			<b>Outros Débitos</b>		<b>177.697</b>
			Provisões Judiciais	15.b	177.697
			<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>19</b>	<b>1.863.250</b>
			Capital Social		1.659.176
			Reserva de Reavaliação		153
			Reservas de Lucros		73.618
			Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários		130.303
			<b>Total do Passivo</b>	<b>24.639.426</b>	<b>23.259.807</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2009</b>		<b>2.170.950</b>	<b>169</b>	<b>197.269</b>	<b>(7.834)</b>	-	<b>2.360.554</b>
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários		-	-	(39.535)	39.535	-	-
Ajustes de Transição de Acordo com a Circular Susep 424/2011	27	-	-	35.930	-	35.930	-
<b>Saldos em 1 de Janeiro de 2010 - Ajustado</b>		<b>2.170.950</b>	<b>169</b>	<b>157.734</b>	<b>67.631</b>	-	<b>2.396.484</b>
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	44.628	-	44.628
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-
Realização Líquida de IR e CSLL	-	(8)	13	-	-	-	5
Dividendos com Base na Reserva de Equalização de Dividendos	19.b	-	-	(144.684)	-	(144.684)	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	489.313	489.313
Proposta para Distribuição do Resultado:							
Reserva Legal	19.b	-	-	19.178	-	(19.178)	-
Dividendos	19.b	-	-	-	-	(70.000)	(70.000)
Juros sobre o Capital Próprio	19.b	-	-	-	-	(140.891)	(140.891)
Reserva para Equalização de Dividendos	19.c	-	-	259.244	-	(259.244)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>		<b>2.170.950</b>	<b>161</b>	<b>291.485</b>	<b>112.259</b>	-	<b>2.574.855</b>
Redução de Capital	19.a	(511.774)	-	(11.811)	11.811	-	(511.774)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	6.233	-	6.233
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-
Realização Líquida de IR e CSLL	-	(8)	14	-	-	-	6
Dividendos com Base na Reserva de Equalização de Dividendos	19.b	-	-	(247.000)	-	(247.000)	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	406.520	406.520
Proposta para Distribuição do Resultado:							
Reserva Legal	19.b	-	-	20.326	-	(20.326)	-
Dividendos	19.b	-	-	-	-	(250.000)	(250.000)
Juros sobre o Capital Próprio	19.b	-	-	-	-	(115.590)	(115.590)
Reserva para Equalização de Dividendos	19.c	-	-	20.604	-	(20.604)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>		<b>1.659.176</b>	<b>153</b>	<b>73.618</b>	<b>130.303</b>	-	<b>1.863.250</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 1. Contexto Operacional

A Santander Seguros S.A. (Santander Seguros), é domiciliada e opera na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - SP, controlada pela Zurich Santander Insurance America, S.L. (Zurich Santander) e, tem como objeto social a comercialização das operações de seguros de pessoas, em quaisquer de suas modalidades, bem como planos de pecúlio e rendas da previdência privada aberta.

### 2. Reestruturações Societárias

#### a) Venda da Santander Seguros

Com base na aprovação prévia emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) no dia 23 de agosto de 2011, em 05 de outubro de 2011 foi realizado o fechamento da operação de venda (a "Operação") da totalidade das ações de emissão da Santander Seguros pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) para (i) Zurich Santander, sociedade holding com sede na Espanha detida, direta ou indiretamente, 51% (cinquenta e um por cento) pela Zurich Financial Services Ltd. e suas afiliadas (Zurich) e 49% (quarenta e nove por cento) pelo Banco Santander, S.A. (Banco Santander Espanha), e (ii) Inversiones ZS America SPA, sociedade com sede no Chile e detida pela Zurich Santander (Inversiones ZS).

Referido fechamento compreendeu a efetiva transferência, (i) pelo Banco Santander à Zurich Santander, de 11.251.174.948 ações ordinárias de emissão da Santander Seguros, e (ii) pelo Banco Santander à Inversiones ZS, de 3 ações ordinárias de emissão da Santander Seguros.

O preço de compra e venda final será definido oportunamente, com base no balanço patrimonial especial a ser preparado pela Santander Seguros em relação ao período encerrado em 30 de setembro de 2011 a ser apresentado no primeiro semestre de 2012 e no mecanismo de ajuste de preço expressamente previstos no respectivo Contrato de Compra e Venda datado de 14 de julho de 2011, e uma vez definido, o Banco Santander irá divulgá-lo ao público em geral e realizar a oferta do direito de preferência aos seus acionistas, nos termos do artigo 253 da Lei 6.404/1976.

A Operação está inserida no contexto da parceria estratégica no exterior entre Santander Espanha e Zurich, envolvendo a aquisição, pela Zurich Santander, de todas as seguradoras de ramos elementares e de vida e previdência do Santander Espanha na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai.

Como parte da Operação, o Banco Santander distribuirá exclusivamente os produtos de seguros, nos próximos 25 anos, através de sua rede de agências, com exceção dos seguros de automóveis, que não estão incluídos no escopo de exclusividade na Operação. Como resultado destes contratos, o Banco Santander receberá uma remuneração equivalente à atualmente praticada.

A Operação visa fomentar e fortalecer a atuação do Banco Santander no mercado de seguros, fornecendo uma maior oferta de produtos, abrangendo classes de clientes atualmente não exploradas e alavancando a capacidade de distribuição do Banco Santander, entre outros.

A Operação, na forma da regulamentação aplicável, está sujeita à homologação da SUSEP.

#### b) Cisão Parcial da Santander Seguros com Versão da Parcela Cindida para Sancap Investimentos e Participações S.A.

No contexto da operação de venda da Santander Seguros, na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada a Cisão Parcial da Santander Seguros com versão da parcela cindida de seu patrimônio a uma nova sociedade, constituída no ato da Cisão Parcial, sob a denominação social de Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap). O acervo cindido para a Sancap corresponde ao valor total de R\$511.774 e refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela Santander Seguros no capital social da Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização).

A operação de Cisão Parcial foi homologada pela SUSEP em 9 de agosto de 2011.

### 3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Seguros foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

referenciados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras as normas internacionais de contabilidade prescritas pelo International Accounting Standards Board (IASB). E estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 424, de 29 de abril de 2011, que produziu efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011 e instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

A adoção inicial (data de transição) dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC foi 1º de janeiro de 2010. A nota 27 apresenta o balanço de abertura, a fim de demonstrar os efeitos da adoção inicial dessas práticas.

O principal CPC aplicável as operações da Santander Seguros é o CPC 11, que estabelece:

- Classificação dos contratos emitidos entre contratos de seguros, de prestação de serviços e de investimentos;
- Separação dos derivativos embutidos e componentes de depósito existentes em um contrato principal (de seguros), e de sua avaliação por seu valor justo;
- Proibição de reconhecimento de provisões para sinistros futuros, se esses sinistros forem originados de contratos de seguros que ainda não existem ou não estão vigentes (como provisões para catástrofe ou para equalização de risco);
- Elaboração de teste de adequação do passivo (TAP) ou Liability Adequacy Test (LAT) relacionado a contratos de seguros ou participação discricionária;
- Mensuração a valor justo dos passivos e ativos de contratos de seguros assumidos em uma combinação de negócios ou transferência de carteira (sujeito à regulamentação adicional);
- Reconhecimento da característica de participação discricionária ou como passivo ou como um componente separado do patrimônio líquido; e
- Novas exigências de divulgação relativas a contratos de seguros.

As informações comparativas de 2010 foram modificadas em 2011, quando aplicável, para adaptar a apresentação das demonstrações financeiras segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 424/2011, conforme demonstrado na Nota Explicativa 28.

Os resultados e

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os instrumentos financeiros incluídos nessa categoria (e em Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado) estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os títulos e valores mobiliários não classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros mantidos para negociação" ou "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Essa categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "Mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam subsidiárias, coligadas ou entidades de controle conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros mantidos para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor do mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem início de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

• Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros que de modo geral, a intenção seja de mantê-los até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial pelo custo amortizado, o qual inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não recuperação estimadas). • Investimentos mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, os quais a Santander Seguros tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

Os passivos financeiros da Santander Seguros são incluídos para fins de mensuração na seguinte categoria: • Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento. Correspondem basicamente a dividendos e juros sobre capital próprio e débitos de operações com seguros e resseguros.

**iii. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo** Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Os "Empréstimos e recebíveis" e "Investimentos mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança.

• "A taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, fazem parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Santander Seguros ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras.

**iv. Técnicas de Avaliação** A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no período findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Santander Seguros para apurar seu valor justo:

	2011			2010		
	Cotações Publicadas		Total	Cotações Publicadas		Total
	Preço em Mercados Ativos (Nível 1)	Modelos Internos (Nível 2)		Preço em Mercados Ativos (Nível 1)	Modelos Internos (Nível 2)	
Ativos Financeiros para Negociação	1.535.311	-	1.535.311	1.592.202	7.478	1.599.680
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	18.889.339	-	18.889.339	17.425.576	-	17.425.576
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.576.263	75.256	1.651.519	1.583.836	78.770	1.662.606
Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos Nível 1, incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada, ativos securitizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.						

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares, os quais possam ser mensurados utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

• Não houve reclassificações entre o nível 1 e o nível 2 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O Nível 3 registra ativos ou passivos financeiros na qual não é utilizado dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Santander Seguros não possui nenhum instrumento financeiro classificado como nível 3.

**e) Prêmios de Seguros e Previdência** Os prêmios de seguros correspondem aos seguros de vida que são apropriados ao resultado quando da emissão das respectivas apólices e endossos. As contribuições para planos de previdência complementar e produtos vida gerador de benefício livre (VGBL) são reconhecidas quando de seu efetivo recebimento. As contribuições de riscos são apropriadas pela vigência do risco, "pro rata" dia.

**f) Provisão para Riscos de Créditos** Constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às eventuais perdas na realização de contas a receber. As respectivas despesas das provisões para riscos de crédito são reconhecidas na rubrica "Outras Receitas (Despesas) Operacionais".

**g) Custos de Aquisição Diferidos** São considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Estes são diferidos pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

**h) Investimentos** • As participações societárias são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; os demais investimentos são demonstrados ao custo, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. • Os imóveis destinados à renda referem-se a terrenos e edificações, estando registrados pelo valor de custo. As depreciações são calculadas pelo método linear com base no prazo útil estimado do bem, a saber: edificações - 25 anos e são depreciados à taxa anual de 4%.

**i) Imobilizado** O imobilizado está sendo apresentado pelo custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: móveis, máquinas e equipamentos de uso e sistemas de comunicação - 10% e sistemas de processamento de dados e veículos - 20%.

**j) Intangível** O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou softwares desenvolvidos internamente. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e que seja provável que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados deduzidos de qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação acumuladas.

**Ágio** Na aquisição de investimento em controlada, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida (controlada ou coligada) é contabilizada de acordo com CPC 15, "Combinação de Negócios". O ágio é reconhecido somente quando o montante da contraprestação adquirida da investida exceder o valor justo na data da aquisição, e portanto, representa um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirida que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

A amortização desse ágio não é permitida, sendo testado para fins de "impairment" (teste de recuperabilidade). O teste de recuperabilidade do ágio é realizado no final de cada período apresentado, ou em menor período no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável, e o valor considerado como não recuperável é baixado e debitado à rubrica "Perdas com outros ativos líquidos" - Outros ativos intangíveis - na demonstração consolidada do resultado. Uma perda do valor recuperável do ágio não é reconhecida em períodos subsequentes;

**Outros Ativos Intangíveis** É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de software, que são capazes de gerar benefícios econômicos para a Santander Seguros.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se métodos similares aos utilizados para depreciar ativos tangíveis. A despesa de amortização é reconhecida sob a rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

A Santander Seguros avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de outros ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação as atividades da Santander Seguros.

**k) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais** A Santander Seguros é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, exceto pelas informações referentes a DPVAT, as quais são registradas conforme fornecidas pela Seguradora Líder.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades envolvidas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais, e acredita que, de forma agregada, não terão impactos significativos no resultado, fluxo de caixa ou condição financeira da Santander Seguros.

**l) Provisões Técnicas Relativas às Atividades de Seguros e Previdência** As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos nas Resoluções CNSP 139/2005 e 162/2006 alterada pela Resolução CNSP 181/2007, 195/2008 e 204/2009 e Circular SUSEP 288/2005.

• Provisão para Prêmios não Ganhos (PPNG) A PPNG é constituída pelas parcelas dos prêmios emitidos líquidos, correspondentes aos períodos de riscos não decorridos das apólices, calculada "pro rata" dia.

• Provisões de Prêmios não Ganhos - Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE) A PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos já assumidos mas que ainda não possuem as respectivas apólices emitidas.

• Provisão de Insuficiência de Prêmio (PIP) As mencionadas resoluções também instituíram a PIP, quando por cálculos atuariais for constatada a insuficiência da PPNG para cobertura dos sinistros e despesas a decorrer da carteira vigente.

• Provisão de Riscos não Expirados (PRNE) A PRNE é calculada "pro rata" dia com base nas contribuições líquidas emitidas no mês e tem por objetivo provisionar a parcela da contribuição, correspondente ao período de risco a decorrer, contada a partir da data base de cálculo.

• Provisão de Insuficiência de Contribuição (PIC) A PIC é constituída para atender aos desvios relativos às bases técnicas das provisões matemáticas de benefícios a conceder e benefícios concedidos. As tábuas biométricas utilizadas como parâmetro para constituição da provisão consideram para sobrevivência dos participantes de ambos os sexos a tábuas aderente a realidade dos participantes da seguradora.

• Provisão de Despesas Administrativas (PDA) A PDA é constituída para cobrir possíveis despesas decorrentes do pagamento de benefícios atuais e futuros, conforme metodologia descrita na Nota Técnica Atuarial (NTA).

• Provisão Complementar de Prêmios (PCP) A PCP é calculada "pro rata" dia, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e as contribuições ou prêmios líquidos/comerciais. O seu valor é a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG (Seguros) ou PRNE (Previdência) constituídas no mês, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não.

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBAC e PMBC) As PMBAC são constituídas a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. As PMBC representam as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculo atuarial para os planos dos tipos tradicional, planos de previdência complementar Planos Geradores de Benefícios Livres (VGBL) e de vida com cobertura de sobrevivência Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL).

• Provisões de Sinistros a Liquidar (PSL) A PSL é constituída com base nos avisos recebidos pela seguradora, relativos a sinistros que foram objetos de seguros e de cosseguros aceitos e ainda não indenizados.

• Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR) A IBNR é constituída com base em NTA ou na estimativa histórica entre as datas de ocorrência e de aviso dos sinistros, de acordo com a Resolução CNSP 162/2006 (alterada pela Resolução CNSP 181/2007, 195/2008 e 204/2009) para seguros e Circular SUSEP 288/2005 para Previdência. A provisão para o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), incluída no saldo da IBNR, é registrada com base nas informações fornecidas pela administração do convênio da Seguradora Líder S.A.

• Provisão de Benefícios a Regularizar (PBAr) A PBAr é constituída em decorrência do aviso do evento ocorrido, mas ainda não pago. As rendas vencidas e não pagas também são consideradas nesta provisão.

• Provisão de Oscilação de Riscos (POR) A POR é constituída para a cobertura de eventuais desvios nos compromissos esperados, sendo calculada conforme metodologia descrita em NTA.

• Provisão de Excedente Financeiro (PEF) A PEF abrange os valores de excedentes financeiros provisionados, a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano.

• Provisão de Oscilação Financeira (POF) A POF é constituída para evitar eventuais insuficiências futuras provenientes do decasamento do índice de atualização monetária e da taxa de juros garantida nas provisões matemáticas.

• Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de contribuições ou prêmios ou as portabilidades solicitadas e que por qualquer motivo, ainda não foram efetuadas.

**m) Tábuas, Taxa de Juros e Carregamento** Os produtos de acumulação atuarialemente comercializados pela Santander Seguros utilizam para precificação as Tábuas de Mortalidade AT-2000 e BR-EMS, esta última aplicada sobre as vendas novas, taxa de juros 0% a.a. e carregamentos entre 0% e 4% a.a.

**n) Resseguros** Os prêmios de resseguros pagos são reconhecidos no período onde o inicia o contrato de resseguro e inclui estimativas onde o valor não pode ser determinado no final do período de divulgação.

Um ativo de resseguro é reconhecido para refletir o montante estimado que será recuperado do contrato de resseguro relacionado aos sinistros ocorridos. O montante recuperado do ressegurador é inicialmente mensurado com as mesmas bases da provisão do sinistro. O montante a ser recuperado é reduzido quando tem uma clara evidência que o valor reconhecido inicialmente não será recuperado.

Por ser uma seguradora de varejo, que comercializa produtos através do canal bancário, a Santander Seguros não tem por característica assumir grandes riscos, havendo uma grande pulverização de riscos e concentração em baixos valores de importância segura. Sendo assim, adota em sua política de riscos de subscrição, o repasse do risco ao Ressegurador visando a proteção da carteira nos capitais mais elevados.

**o) Teste de Adequação de Passivos** Conforme determinado pela Circular SUSEP 410/2010, a adequação das Provisões Técnicas constituídas é atestada através do Teste de Adequação do Passivo.

O TAP é realizado bruto de resseguro e verifica se as Provisões Técnicas registradas, líquidas de custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados, estão adequadas às estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros dos contratos e certificados em vigor na data base desta demonstração. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade trimestral.

Para a realização do TAP, a Santander Seguros agrupou as linhas de negócios com características semelhantes de risco e utilizou como premissas técnicas a tábuas de Mortalidade BR-EMS como experiência de mortalidade e premissas realistas de morbidade, sinistralidade e cancelamentos que melhor refletissem a experiência atual observada para cada grupo.

Para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo de taxa de juros real livre de risco obtida através da curva de títulos públicos federais indexados ao IPC-A disponíveis no mercado financeiro brasileiro.

Em 2011, o TAP indicou a necessidade de constituição adicional de provisões técnicas de R\$27,8 milhões para planos de previdência que prevêm garantia de rentabilidade ao longo de sua vigência. Este complemento de provisão ocorreu em virtude da nova curva de juros real livre de risco utilizada.

Para as demais linhas de negócios foi observada a suficiência das Provisões Técnicas.

**p) Benefícios Pós-Emprego** A Santander Seguros comprometeu-se a complementar os benefícios do sistema público de previdência de determinados funcionários e dos beneficiários dos direitos desses funcionários, referentes a aposentadoria, invalidez permanente ou morte.

**5. Caixa e Equivalentes de Caixa** Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes a caixa e bancos.

**6. Aplicações**  
**a) Composição por Classificação**

Valor de Custo Atualizado	2011		Valor de Mercado	2010	
	% do Total	% do Total		% do Total	% do Total
1.535.311	6,9%	6,9%	1.599.686	7,7%	7,7%
-	0,0%	0,0%	161.241	0,8%	0,8%
-	0,0%	0,0%	150.289	0,7%	0,7%
-	0,0%	0,0%	10.952	0,1%	0,1%
1.535.311	6,9%	6,9%	1.438.445	7,0%	7,0%
-	0,0%	0,0%	7.478	0,0%	0,0%
1.535.311	6,9%	6,9%	1.430.967	6,9%	6,9%
18.889.339	85,6%	85,6%	17.425.576	84,2%	84,2%
18.889.339	85,6%	85,6%	17.425.576	84,2%	84,2%
1.416.086	7,5%	7,5%	1.544.756	8,0%	8,0%
1.336.373	7,1%	7,1%	1.447.450	7,6%	7,6%
52.620	0,3%	0,3%	165.857	0,8%	0,8%
499.010	2,6%	2,6%	447.575	2,3%	2,3%
753.294	4,1%	4,1%	780.934	4,2%	4,2%
31.449	0,2%	0,2%	51.689	0,3%	0,3%
-	0,0%	0,0%	1.389	0,0%	0,0%
79.713	0,4%	0,4%	97.306	0,5%	0,5%
4.457	0,0%	0,0%	18.536	0,1%	0,1%
75.256	0,4%	0,4%	78.770	0,4%	0,4%
21.840.736	100,0%	100,0%	20.570.018	100,0%	100,0%
20.586.976			19.489.296		
1.489.193			1.198.566		

A taxa média dos juros das aplicações em títulos e valores mobiliários de 2011 foi de 8,5% a.a. (2010 - 8,1% a.a.).

**b) Composição por Prazo de Vencimento**

Sem Vencimento	2011		Até 3 Meses	2010	
	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos		Acima de 3 Anos	Total
1.535.311	-	-	-	-	1.535.311
1.535.311	-	-	-	-	1.535.311
1.535.311	-	-	-	-	1.535.311
18.889.339	-	-	-	-	18.889.339

**Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado**

Sem Vencimento	2011		Até 3 Meses	2010	
	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos		Acima de 3 Anos	Total
18.889.339	-	-	-	-	18.889.339
18.662	141.027	2.636	139.624	1.349.570	1.651.519
-	65.771	2.636	139.624	1.349.570	1.557.601
-	-	-	53.588	-	53.588
-	6.965	1.530	86.036	462.022	556.553
-	27.355	1.106	-	887.548	916.009
-	31.451	-	-	-	31.451
18.662	75.256	-	-	-	93.918
18.662	-	-	-	-	18.662
-	75.256	-	-	-	75.256
20.443.312	141.027	2.636	139.624	1.349.570	22.076.169

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

As cotas de fundos especialmente constituídos - garantidores de planos de benefícios correspondem às aplicações feitas em fundos de investimentos que tem por objetivo aplicar os recursos oriundos dos planos PGBL e VGBL.

Em 31 de dezembro de 2011, a carteira consolidada dos fundos exclusivos está assim distribuída:

**Cotas de Fundos Especialmente Constituídos - Garantidores de Planos de Benefícios - PGBL/VGBL**

Sem Vencimento	2011		Até 3 Meses	2010	
	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos		Acima de 3 Anos	Total
-	14.409	19.113	110.347	65.656	209.525
-	14.409	14.309	95.816	1.657	126.191
-	-	4.287	11.371	2.565	18.223
-	-	517	1.082	59.955	61.554
-	-	-	-	1.479	1.479
-	-	-	-	2.078	2.078
18.655.466	(6.598)	13.620	13.361	3.965	18.679.814
-	21.240	13.288	8.365	-	42.893
-	-	378	4.996	4.003	9.377
18.655.413	-	-	-	-	18.655.413
-	(27.838)	(46)	-	(	

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### b) Movimentação de Prêmios a Receber, Líquida de Provisão de Riscos de Crédito

	2011	2010
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>30.802</b>	<b>31.168</b>
Prêmios Emitidos, Líquido de Cancelamentos/RVNE/Constituição	3.552.291	2.308.750
Recebimentos/Reversão	(3.296.079)	(2.309.116)
<b>Saldo no Final do Período</b>	<b>287.014</b>	<b>30.802</b>

### c) Período Médio de Parcelamento

O parcelamento médio dos prêmios do ramo prestamista é de 1 vez e para os demais ramos é de 12 vezes.

### d) Composição por Prazo de Vencimento dos Prêmios a Receber, Líquida de Provisão de Riscos de Crédito

	2011	2010
A Vencer	273.296	25.250
Vencidos até 30 Dias	11.231	1.424
Vencidos de 31 a 60 Dias	5.248	3.561
Vencidos de 61 a 90 Dias	1.810	2.104
Vencidos de 91 a 120 Dias	387	9
Vencidos a mais de 120 Dias	2.979	201
(-) Provisão para Riscos de Crédito	(7.937)	(1.747)
<b>Total</b>	<b>287.014</b>	<b>30.802</b>

### 8. Títulos e Créditos a Receber

	2011	2010
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Receber	-	39.109
Títulos e Créditos a Receber	39.904	20.458
Títulos e Créditos a Receber - Ligadas (Nota 24.f)	-	457
Garantias Contratuais de Ex-Contratadores (Nota 15.h)	119	1.425
Outras	106	284
<b>Total</b>	<b>40.129</b>	<b>61.733</b>
<b>Circulante</b>	<b>40.072</b>	<b>61.676</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>57</b>	<b>57</b>

### 9. Créditos Tributários e Previdenciários

	2011	2010
Créditos Tributários (Nota 23.a)	68.032	53.147
IRPJ e CSLL a Compensar	37.112	36.428
PIS e COFINS a Compensar	8.904	3.954
Imposto de Renda na Fonte	11.175	1.448
<b>Total</b>	<b>125.223</b>	<b>94.977</b>
<b>Circulante</b>	<b>70.321</b>	<b>33.158</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>54.902</b>	<b>61.819</b>

### 10. Depósitos Judiciais e Fiscais

	2011	2010
Sinistros	46.016	36.845
Fiscais	112.966	109.482
Trabalhistas	3.775	3.703
Outros	8.551	7.554
<b>Total - Longo Prazo</b>	<b>171.308</b>	<b>157.584</b>

### 11. Participações Societárias

Atividade	Participação		Valor dos Investimentos		Resultado Patrimonial	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>Participações em Controladas</b>			<b>129.840</b>	<b>658.993</b>	<b>59.231</b>	<b>164.671</b>
Santander Capitalização <sup>(1)</sup>	-	100,00%	-	495.950	20.751	140.523
Santander Brasil Seguros S.A. (Santander Brasil Seguros) <sup>(2)</sup>	100,00%	99,99%	129.840	163.043	38.480	24.148
Outras Participações			891	841	(134)	(130)
<b>Total</b>			<b>130.731</b>	<b>659.834</b>	<b>59.097</b>	<b>164.541</b>

<sup>(1)</sup> Acervo cindido (Nota 2.b).

<sup>(2)</sup> Em 31 de dezembro de 2011, a Santander Brasil Seguros apresenta patrimônio líquido ajustado de R\$129.841 e lucro líquido de R\$38.481.

### 12. Imobilizado

	2011		2010	
	Custo	Depreciação/Desvalorização	Residual	Residual
Terenos	720	(162)	558	558
Móveis, Máquinas e Equipamentos de Uso	124	(54)	70	83
Sistemas de Comunicações	24	(11)	13	15
Sistema de Transporte	124	(124)	-	18
Sistemas de Processamento de Dados	626	(574)	52	145
<b>Total</b>	<b>1.618</b>	<b>(925)</b>	<b>693</b>	<b>819</b>

### Saldo no Início do Período

Baixas	(2)	(30)
Depreciação	(124)	(164)
<b>Saldo no Final do Período</b>	<b>693</b>	<b>819</b>

### 13. Intangível

	Vida Útil Estimada	2011	2010
Ágios de Incorporação	Indefinida	869.992	869.992
Gastos com Desenvolvimento para Sistemas de Computação	5 anos	5.315	4.104
<b>Total</b>		<b>875.307</b>	<b>874.096</b>

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso. Para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 2011 e 2010.

### Principais Premissas

	2011	2010
Base de Avaliação		Fluxos de Caixa:
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa <sup>(1)</sup>	7 Anos	7 Anos
Taxa de Crescimento	5,0%	5,0%
Taxa de Desconto <sup>(2)</sup>	17,2%	16,7%

<sup>(1)</sup> As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

<sup>(2)</sup> A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

Foi realizado teste de sensibilidade das principais premissas, possíveis de mudança razoável e não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

As variações na rubrica gastos com desenvolvimento para sistemas de computação foram as seguintes:

	2011	2010
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>21.727</b>	<b>(17.623)</b>
Aquisições	3.004	3.004
Amortizações	(1.793)	(1.793)
<b>Saldo no Final do Período</b>	<b>24.731</b>	<b>(19.416)</b>

### 14. Contas a Pagar

#### a) Obrigações a Pagar

	2011	2010
Dividendos e Bonificações a Pagar	1.244	246.353
Fornecedores	28.603	17.776
Participações nos Lucros a Pagar	2.173	2.352
Outras	-	3
<b>Total - Circulante</b>	<b>32.020</b>	<b>266.484</b>

#### b) Impostos e Encargos Sociais a Recolher

	2011	2010
Imposto de Renda Retido de Terceiros	13.058	21.996

Contribuições ao Instituto Nacional de Serviço Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre Prêmios a Receber

CSLL/PIS/COFINS sobre Pagamentos de Terceiros

Outros

**Total - Circulante**

**Encargos Trabalhistas**

Composto por provisão para férias no valor de R\$578 (2010 - R\$572) e de encargos sociais de R\$407 (2010 - R\$341), registrados no passivo circulante.

#### d) Impostos e Contribuições

Em 2011, inclui PIS e COFINS no valor de R\$5.669 e imposto de renda e contribuição social no valor de R\$52, registrados no passivo circulante.

### 15. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

#### a) Ativos Contingentes

Na Santander Seguros, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

#### b) Provisões Judiciais - Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	2011	2010
<b>Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 15.c)</b>	<b>137.337</b>	<b>113.593</b>

#### Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis

40.241 30.404

Ações Trabalhistas (Nota 15.c)

10.636 11.756

Ações Cíveis (Nota 15.c)

29.605 18.648

#### Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Contratadores (Nota 15.h)

119 1.425

**Total - Longo Prazo**

**177.697 145.422**

#### c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	2011		2010	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Cíveis
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>113.593</b>	<b>11.756</b>	<b>18.648</b>	<b>87.397</b>

Constituição Líquida de

Reversão 23.796 1.610 12.469 26.197 3.544 (3.774)

Baixas por Pagamento (52) (2.730) (1.512) (1) (1.762) (2.199)

**Saldo no Final do Período**

**137.337 10.636 29.605 113.593 11.756 18.648**

Depósitos em Garantia - Outros Créditos<sup>(1)</sup>

57.690 2.294 12.215 53.362 2.165 7.296

<sup>(1)</sup> Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

#### d) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias são:

**PIS e COFINS** - R\$57.890 (2010 - R\$53.460): a Santander Seguros interpôs medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da COFINS para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. Além disso, pleiteia-se a não tributação, na base de cálculo do PIS e da COFINS, dos juros sobre o capital próprio, instituída pelos Decretos 5.164/2004 e 5.442/2005.

**Dedutibilidade da CSLL no IRPJ** - R\$3.816 (2010 - R\$3.669): a Santander Seguros pleiteia a dedutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ.

**Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$49.920 (2010 - R\$33.817): a Santander Seguros distribuiu Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As empresas de seguros privadas estavam sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%.

#### e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciários

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal processo é:

**INSS** - R\$2.800 (2010 - R\$2.632): refere-se a discussões em processos judiciais e administrativos que visam a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre verbas que normalmente não possuem natureza salarial.

#### f) Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme a situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

#### g) Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

São ações judiciais relacionados à cobrança de indenizações securitárias, por danos morais, lucros cessantes e danos emergentes.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

#### h) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Contratadores

Referem-se a ações de natureza fiscal no montante de R\$119 (2010 - fiscais, trabalhistas e cíveis R\$787, R\$297 e R\$341, respectivamente), registrados em provisões judiciais (Nota 15.b) de responsabilidade dos ex-contratadores das seguradoras adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em títulos e créditos a receber (Nota 8).

#### i) Passivos Contingentes Classificados com Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável, não reconhecidos contabilmente. Os principais processos são:

**IRPJ e CSLL - Ganho de Capital** - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra a Santander Seguros (incorporadora da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par)) para exigir supostos débitos de IRPJ e CSLL referentes ao ano-base 2005, por entender que teria havido tributação por uma alíquota inferior à supostamente devida quando da alienação pela AAB Dois Par das participações acionárias detidas na Real Seguros S.A. e na Real Vida e Previdência S.A. O auto de infração foi objeto de recurso na esfera administrativa pois o entendimento da Administração é de que o tratamento fiscal adotado na operação estava em consonância com a legislação fiscal então vigente e o ganho de capital foi adequadamente tributado. O processo administrativo aguarda julgamento. O valor envolvido é de R\$212 milhões.

**INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)** - refere-se a processo administrativo decorrente de atuação fiscal, que visa cobrar contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados pela Santander Seguros, a título de PLR. A Autoridade Fiscal concluiu que não foram atendidos os requisitos da lei. Contra essa cobrança foram interpostos os recursos cabíveis, pois a Administração entende que foram adotados todos os procedimentos previstos na legislação para caracterizar a natureza de pagamento da PLR. O valor envolvido é de aproximadamente R\$3 milhões.

### 16. Outros Débitos Operacionais

	2011	2010
Pró-Labore <sup>(1)</sup>	315.857	68.410
Outros Débitos Operacionais	765	2.388
<b>Total - Circulante</b>	<b>316.622</b>	<b>70.798</b>

<sup>(1)</sup> Tem por objeto as despesas com promoção e comercialização de seguros cuja contrapartida no resultado é a conta de outras despesas operacionais, principalmente, com o Banco Santander.

### 17. Depósitos de Terceiros

O saldo na rubrica depósitos de terceiros era de R\$12.800 (2010 - R\$75.751). Esses montantes referem-se a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimento de prêmios de seguros fracionados em processamento e permanecem pendentes de identificação nessa conta de 1 a 30 dias.

### e) Provisões Técnicas - Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevivência

	2011	2010
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	13.197.157	3.948.101
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	2.136	4.788
Provisão de Insuficiência de Prêmios	887	15.516
Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar	4.305	1.931.870
Provisão de Despesas Administrativas	884	4.877
Provisão de Portabilidades a Pagar	1.506	108.669
Provisão de eventos Ocorridos mas não Avisados	-	1
<b>Total</b>	<b>13.206.875</b>	<b>6.013.822</b>
<b>Circulante</b>	<b>13.204.233</b>	<b>6.013.822</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>2.642</b>	<b>2.642</b>

	2011	2010
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	9.807.067	5.279.207
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	1.545	10.217
Provisão de Insuficiência de Prêmios	177	1.730
Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar	1.953	1.237.939
Provisão de Despesas Administrativas	992	5.012
Provisão de Portabilidade a Pagar	4.780	4.780
<b>Total</b>	<b>9.811.734</b>	<b>6.538.885</b>
<b>Circulante</b>	<b>9.809.281</b>	<b>6.538.885</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>2.453</b>	<b>2.453</b>

### f) Provisões Técnicas - Previdência Complementar

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Reversão/Baixa	Excedente Financeiros	Encargos Financeiros	Saldo em 31/12/2011
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	5.128.605	1.251.585	(1.048.703)	1.482	199.224	5.532.193
Provisão de Riscos não Expirados	3.8					

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 22. Detalhamento das Contas de Resultado

	2011	2010
<b>a) Despesas Administrativas</b>		
Depreciação e Amortização	1.917	1.988
Pessoal Próprio	8.793	9.997
Serviços de Terceiros	35.734	48.285
Publicações e Propaganda	464	407
Localização e Funcionamento	7.297	3.797
Donativos e Contribuições	1.465	1.374
Convênio DPVAT	10.209	8.971
Outras	1.493	1.268
<b>Total</b>	<b>67.362</b>	<b>76.087</b>

	2011	2010
<b>b) Despesas com Tributos</b>		
COFINS	95.725	12.922
PIS/PASEP	15.552	2.100
Taxa de Fiscalização da SUSEP	2.604	2.348
IOF	763	100
Outras	486	26
<b>Total</b>	<b>115.080</b>	<b>17.496</b>

	2011	2010
<b>c) Resultado Financeiro</b>		
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>1.836.922</b>	<b>1.487.770</b>
Títulos de Renda Fixa	1.818.603	1.459.488
Títulos de Renda Variável	1.425	1.026
Outras	16.894	27.256
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(1.624.215)</b>	<b>(1.234.823)</b>
Operações de Seguros e Previdência	(1.610.831)	(1.222.432)
Impostos e Contribuições	(11.647)	(5.595)
Outras	(1.737)	(6.796)
<b>Total</b>	<b>212.707</b>	<b>252.947</b>

	2011	2010
<b>d) Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		
Receitas (Despesas) com Administração de Apólices	(1.791)	(19.780)
Constituição de Provisão para Devedores Duvidosos	(18.706)	(8.201)
Outras Receitas (Despesas) com Operações de Seguros	(78.133)	(75.188)
<b>Total</b>	<b>(98.630)</b>	<b>(103.169)</b>

	2011	2010
<b>e) Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes</b>		
Resultado na Alienação de Bens do Ativo Permanente	23	135
Dividendos não Reclamados	181	1.822
Reversão de Despesas com Multas da SUSEP	2.104	-
Outras	428	972
<b>Total</b>	<b>2.736</b>	<b>2.929</b>

### 23. Ativos e Passivos Fiscais

#### a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	7.459	5.084	(701)	11.842
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	16.699	6.461	-	23.160
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.153	1.012	(1.460)	4.705
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação <sup>(1)</sup>	85	-	(85)	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda <sup>(1)</sup>	357	-	(358)	(1)
Outras Provisões Temporárias <sup>(2)</sup>	24.781	5.982	(2.147)	28.616
<b>Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>54.534</b>	<b>18.539</b>	<b>(4.751)</b>	<b>68.322</b>
Créditos não Registrados <sup>(3)</sup>	(1.387)	-	1.097	(290)
<b>Saldo dos Créditos Tributários Registrados</b>	<b>53.147</b>	<b>18.539</b>	<b>(3.654)</b>	<b>68.032</b>

	Saldo em 31/12/2009	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2010
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	9.849	1.509	(3.899)	7.459
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	21.532	2.736	(7.569)	16.699
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	4.440	1.447	(734)	5.153
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação <sup>(1)</sup>	103	-	(18)	85
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda <sup>(1)</sup>	177	180	-	357
Ágio Amortizado	7.424	-	(7.424)	-
Outras Provisões Temporárias <sup>(2)</sup>	19.392	7.041	(1.652)	24.781
<b>Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>62.917</b>	<b>12.913</b>	<b>(21.296)</b>	<b>54.534</b>
Créditos não Registrados <sup>(3)</sup>	(4.063)	-	2.676	(1.387)
<b>Saldo dos Créditos Tributários Registrados</b>	<b>58.854</b>	<b>12.913</b>	<b>(18.620)</b>	<b>53.147</b>

<sup>(1)</sup> Inclui o crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

<sup>(2)</sup> Inclui, principalmente, provisões para despesas administrativas.

<sup>(3)</sup> Inclui o crédito tributário não constituído relativo à majoração de alíquota da contribuição social das empresas de seguros privados de 9% para 15%. A respectiva parcela de contribuição social referente à majoração de alíquota está provisionada em provisões judiciais (Nota 15.d).

A movimentação dos créditos tributários foi realizada em contrapartida no resultado do período de R\$15.243 (2010 - R\$5.887) e no patrimônio líquido - ajuste ao valor de mercado no valor de R\$358 (2010 - R\$180).

#### b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	2011	Total
<b>Diferenças Temporárias</b>		
<b>Ano</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
2012	20.453	8.143
2013	6.407	4.087
2014	6.126	3.919
2015	2.069	1.242
2016	9.838	5.903
2017 a 2019	84	51
<b>Total</b>	<b>44.977</b>	<b>23.345</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

#### c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$59.350 (2010 - R\$46.239) e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$68.332 (2010 - R\$45.003), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

#### d) Tributos Diferidos

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
<b>Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos</b>				
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda <sup>(1)</sup>	89.821	15.472	(172)	105.121
Outros	107	-	(5)	102
<b>Total - Longo Prazo</b>	<b>89.928</b>	<b>15.472</b>	<b>(177)</b>	<b>105.223</b>

	Saldo em 31/12/2009	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2010
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	4.244	-	(4.244)	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda <sup>(1)</sup>	31.068	58.753	-	89.821
Outros	112	-	(5)	107
<b>Total - Longo Prazo</b>	<b>35.424</b>	<b>58.753</b>	<b>(4.249)</b>	<b>89.928</b>

<sup>(1)</sup> Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

<sup>(2)</sup> Acervo cindido (Nota 2.b).

A movimentação do passivo tributário diferido foi realizada em contrapartida no resultado do exercício de R\$5 (2010 - R\$4.249) e no patrimônio líquido - ajuste ao valor de mercado no valor de R\$15.300 (2010 - R\$58.753).

#### e) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2011	2010
<b>Resultado antes dos Impostos e Participações</b>	<b>477.041</b>	<b>545.104</b>
Participação sobre o Resultado	(1.753)	(1.916)
Juros sobre o Capital Próprio	(115.590)	(140.891)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>359.698</b>	<b>402.297</b>

	2011	2010
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente</b>	<b>(143.879)</b>	<b>(160.919)</b>
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	23.693	65.868
Despesas Indevidáveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(2.453)	(1.366)
Demaís Ajustes	53.871	42.542
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(68.768)</b>	<b>(53.875)</b>

#### f) Cálculo Efetivo das Alíquotas no Patrimônio

	2011	2010
Lucro antes da Tributação	477.041	545.104
Imposto de Renda e Contribuição Social	68.768	53.875
Alíquota Efetiva	14,4%	9,9%

#### g) Imposto Reconhecido no Patrimônio

Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado, a Santander Seguros possui os seguintes valores no patrimônio:

	2011	2010
<b>Créditos de Impostos Contabilizados no Patrimônio</b>		
Avaliação de Títulos (Renda Fixa) Disponíveis para Venda	-	263
Avaliação de Ações (ou Títulos de Ações) Disponíveis para Venda	-	290
<b>Despesas de Impostos Contabilizadas no Patrimônio</b>	<b>(105.130)</b>	<b>(89.877)</b>
Avaliação de Títulos (Renda Fixa) Disponíveis para Venda	(98.788)	(84.040)
Avaliação de Ações (ou Títulos de Ações) Disponíveis para Venda	(6.342)	(5.837)
<b>Total</b>	<b>(105.130)</b>	<b>(89.324)</b>

### 24. Partes Relacionadas

#### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária da Santander Seguros realizada em 31 de março de 2011, aprovou a remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2011, no montante de até R\$4.560, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios.

#### b) Benefícios de Longo Prazo

A Santander Seguros, assim como o Banco Santander, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 25.b).

#### c) Benefícios de Curto Prazo

	2011	2010
<b>Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva</b>		
Remuneração Fixa	755	744
Remuneração Variável	3.788	2.215
Outras	206	146
<b>Total</b>	<b>4.749</b>	<b>3.105</b>

Adicionalmente, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$340 (2010 - R\$407).

#### d) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

#### e) Participação Acionária

A Santander Seguros é controlada pela Zurich Santander, sociedade holding com sede na Espanha detida, direta ou indiretamente, 51% pela Zurich Financial Services Ltd. e suas afiliadas (Zurich) e 49% pelo Banco Santander Espanha, e Inversiones ZS, sociedade com sede no Chile e detida pela Zurich Santander. A Santander Zurich possui participação acionária direta de 11.251.175 mil ações ordinárias equivalentes a 100% do capital social.

#### f) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outros desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	2011	2010
<b>Ativo</b>		
<b>Disponível</b>	<b>30.902</b>	<b>133.012</b>
Banco Santander <sup>(1)</sup>	30.902	133.012
<b>Aplicações</b>	<b>74.694</b>	<b>78.107</b>
Santander Capitalização	74.694	78.107
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>	<b>28</b>	<b>39.593</b>
Banco Santander <sup>(1)</sup>	28	27
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset)	-	457
Santander Capitalização	-	33.374
Santander Brasil Seguros	-	5.735
<b>Custos de Aquisição Diferidos</b>	<b>50</b>	<b>43</b>
Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagens de Seguros (Santander Serviços)	50	43
<b>Passivo</b>		
<b>Contas a Pagar</b>	<b>(1.350)</b>	<b>(259.204)</b>
Banco Santander <sup>(1)</sup>	(1.140)	(245.259)
Santander Serviços	-	(13.730)
Santander Brasil Asset	(210)	(215)
<b>Débitos de Operações com Seguros e Resseguros</b>	<b>(325.083)</b>	<b>(68.410)</b>
Banco Santander <sup>(1)</sup>	(299.188)	(68.410)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	(16.350)	-
Santander Serviços	(9.545)	-

<sup>(1)</sup> Controlador até setembro de 2011. A partir de outubro de 2011, a Santander Seguros passou a ser controlada pela Zurich Santander (Nota 2.b).

	2011	2010
<b>Resultado</b>		
<b>Custos de Aquisição</b>	<b>(82.712)</b>	<b>(37.133)</b>
Santander Serviços	(35.894)	(19.636)
Aymoré CFI	(46.818)	-
Real Corretora de Seguros S.A. <sup>(2)</sup>	-	(17.497)
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>(60.395)</b>	<b>(289)</b>
Santander Brasil Asset	(1.484)	(289)
Santander Capitalização	(58.911)	-
<b>Prêmios Emitidos Líquidos</b>	<b>16.563</b>	<b>-</b>
Santander Serviços	16.563	-
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(129)</b>	<b>(38.959)</b>
Banco Santander <sup>(1)</sup>	(129)	(38.959)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(85.523)</b>	<b>(1.399)</b>
Banco Santander <sup>(1)</sup>	(89.590)	(441)
Santander Brasil Asset	(924)	(958)
Santander Capitalização	4.951	-
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>(112)</b>	<b>(106)</b>
Banco Santander <sup>(1)</sup>	(112)	(106)

<sup>(1)</sup> Controlador até setembro de 2011. A partir de outubro de 2011, a Santander Seguros passou a ser controlada pela Zurich Santander (Nota 2.b).

<sup>(2)</sup> Incorporada pela Santander Serviços em 29 de outubro de 2010.

#### 25. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

##### a) Plano de Aposentadoria Complementar

A Santander Seguros patrocina, juntamente com o Banco Santander, os planos de benefício definido e de contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II e III e da SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidades fechadas de previdência privada e de previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

##### b) Sanprev

**Plano II:** plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

**Plano III:** plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

##### c) Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

##### Conciliação dos Ativos e Passivos

	2011	2010
Valor Presente das Obrigações Atuariais	26	26
Valor Justo dos Ativos do Plano	(76)	(76)
Ajustes por Diferimentos Permitidos (não Reconhecidos):		
Ganhos Atuariais	86	105
<b>Ativo Atuarial não Reconhecido em 31 de Dezembro</b>	<b>36</b>	<b>55</b>
Contribuições Eletuadas	-	(1)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	21	74

##### Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

• Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial - 10,4% (2010 - 10,7%).

• Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano - 10,6% (2010 - 11,1%).

• Taxa estimada de inflação no longo prazo - 4,4% (2010 - 4,4%).

• Taxa estimada de aumento nominal dos salários - 4,9% (2010

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Presidente**  
Peter Rebrin

**Vice-Presidente**  
Richard Emiliano Soares Vinhos

**Conselheiros**

Carlos Alberto López Galán

Pedro Paulo Longuini

## DIRETORIA EXECUTIVA

**Diretor Presidente**  
Gilberto Duarte de Abreu Filho

**Diretor Financeiro**  
Helio Flausingo Gonçalves

**Diretor Técnico Atuarial/Diretor de Operações**  
Flavio Roberto Andreani Perondi

**Diretor de Produtos**  
Alessandro Solon Moura de Andrade

 Elizeu da Silva Souza  
**Contador - CRC 1SP156781/O-9**
**Atuário Responsável Técnico**  
Flavia Picchioni Tavares - MIBA nº 1166

**Diretor Responsável Técnico**  
Gilberto Duarte de Abreu Filho

## PARECER ATUARIAL

Aos Administradores e Acionistas da Santander Seguros S.A.

De acordo com o disposto na RESOLUÇÃO CNSP nº 135, de 11/10/2005, e na CIRCULAR SUSEP nº 272/2, de 22/10/2004, foi realizada a Avaliação Atuarial com cada um dos ramos de seguros e planos de previdência e vida operacionalizados pela Santander Seguros S.A. no exercício de 2011.

O trabalho abrangeu a revisão das provisões técnicas constituídas pela Seguradora utilizando-se metodologia atuarial e técnicas de amostragem, incluindo também análises estatísticas complementares. A análise foi realizada por plano e consistiu em verificar se os montantes das provisões técnicas constituídas estão de acordo com o estabelecido nas Resoluções CNSP nº 162/2006, 181/2007, 195/2008

e 204/2009, nas normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e nas Notas Técnicas Atuariais encaminhadas a este órgão de forma a refletir os compromissos técnicos com os participantes, segurados e outros terceiros, bem como atender ao equilíbrio atuarial da carteira.

Visando adequar as provisões técnicas às operações em curso e conforme Resoluções acima citadas, destacamos que em 31 de dezembro de 2011, a Seguradora constituiu a Provisão Complementar de Prêmios referente à carteira de Seguros, em complemento à Provisão de Prêmios Não Ganhos, no valor de R\$ 5.941.996,77. Para os Planos de Previdência Complementar, o valor de Provisão Complementar de Prêmios nessa mesma data foi R\$ 388.969,72, em complemento à Provisão de Riscos Não Expirados.

Em atendimento à CIRCULAR SUSEP nº 410 de 22/12/2010, foi realizado o Teste de Adequação do Passivo, que consistiu na avaliação de todas as obrigações decorrentes dos certificados e contratos de São Paulo, 15 de fevereiro de 2012.

seguros e planos de previdência complementar vigentes em 31 de dezembro de 2011, conforme regras e procedimentos estabelecidos na circular citada.

Concluímos que em 31 de dezembro de 2011 todos os aspectos relevantes no que diz respeito às práticas atuariais aplicáveis foram considerados e os valores contabilizados das provisões técnicas refletem adequadamente os compromissos assumidos, inclusive no que diz respeito à Provisão Complementar de Prêmios, à Provisão de Insuficiência de Contribuição para os Planos de Previdência Complementar e à Provisão de Insuficiência de Prêmios para a carteira de seguros de vida que não prevê o reenquadramento de taxa por faixa etária e cujo produto não é mais comercializado pela Seguradora. Destacamos que o Teste de Adequação do Passivo gerou a necessidade de constituição complementar no valor de R\$ 27.712.552,21 na Provisão de Insuficiência de Contribuição dos planos de Previdência Complementar.

**Flavia Picchioni Tavares**  
Atuário Responsável Técnico MIBA nº 1166

**Gilberto Duarte de Abreu Filho**  
Diretor Responsável Técnico - Santander Seguros S.A.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

 Gilberto Bizerra de Souza  
Contador  
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

No tocante às atribuições do Comitê de Auditoria:

### Demonstrações Financeiras

**BRGAAP** - O Comitê de Auditoria procedeu à análise das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, confirmando-lhes a qualidade. Nesse sentido, acompanhou o fechamento do segundo semestre de 2011, previamente às divulgações, e reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e elaboração das demonstrações financeiras.

### Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu apresentações e manteve reuniões com a Diretoria Executiva de Riscos Operacionais, principal instância responsável pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infra-estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos. O Comitê de Auditoria também acompanhou as denúncias de fraudes e erros, canalizadas na área de Riscos Operacionais. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a Circular 249/2004 da Susep, relacionadas à gestão eficaz do sistema de controles internos, direcionadas à prevenção e redução dos eventos de riscos e perdas operacionais.

### Auditoria Interna

No que se refere aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, três vezes e, em diversas outras ocasiões, mediante a participação dos profissionais da Auditoria Interna nas demais reuniões do Comitê de Auditoria. Nas reuniões, o Comitê de Auditoria apreciou o planejamento e o programa de trabalho para 2011, e acompanhou os trabalhos executados no segundo semestre, os relatórios emitidos, as conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas consideradas como "insuficientes" ou que "necessitam melhorar".

### Auditoria Independente

Os auditores independentes são responsáveis pelo planejamento, execução da auditoria e emissão do parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras. Como resultado dos seus trabalhos, a auditoria independente emite também o relatório sobre o sistema de controles internos e descumprimento de disposições legais e regulamentares. Com relação aos trabalhos da empresa de auditoria independente, Deloitte Touche Tomhatsu Auditores Independentes (Deloitte), o Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, em cinco ocasiões. Nessas reuniões tiveram destaque, as discussões envolvendo as

demonstrações financeiras do segundo semestre encerrado em 31 de dezembro de 2011, práticas contábeis, deficiências, comentários e recomendações relatadas no relatório sobre controles internos e a realização de uma reunião com a presença dos profissionais da Deloitte da Espanha especializados em IFRS.

### Ouidoria

Em decorrência da Resolução CNSP 110/2004, que dispõe sobre as Ouvidorias para as sociedades seguradoras, os trabalhos executados no segundo semestre de 2011 e respectivo relatório, foram apresentados e discutidos pelo Comitê de Auditoria.

### Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversos setores, aprofundando suas análises, ressaltando-se o seguinte: (i) com Riscos Operacionais sobre os resultados do processo de Integração Tecnológica; (ii) para conhecimento do processo de atualização e aprimoramento da qualidade do cadastro; (iii) com a Diretoria do Jurídico Contencioso visando uma atualização da evolução e mensuração das contingências cíveis, trabalhistas e fiscais e adequado tratamento contábil, com destaque para os maiores litígios; e (iv) com **Compliance**, sobre o controle das transações com partes relacionadas.

### Conclusão

Em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, levando em conta o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras da Santander Seguros S.A. e Santander Brasil Seguros S.A.

 Comitê de Auditoria  
São Paulo, 24 de fevereiro de 2012

 Celso Clemente Giacometti  
Maria Elena Cardoso Figueira - Coordenadora e Especialista Financeira  
Renê Luiz Grande  
Sérgio Darcy da Silva Alves

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório de administração, as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes, referentes às atividades da Santander Brasil Seguros S.A. (Brasil Seguros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo os critérios da Circular Susep 424/2011.

Adicionalmente, a Coordenadora participa como ouvinte do Comitê Executivo de Riscos Operacionais e do Comitê Executivo de Produtos. O Comitê de Auditoria também acompanha os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências.

**Reestruturação Societária**  
Com base na aprovação prévia emitida pela SUSEP no dia 23 de agosto de 2011, em 05 de outubro de 2011 foi realizado o fechamento da operação de venda (a "Operação") da totalidade das ações de emissão da Santander Seguros pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) para (i) Zurich Santander Insurance America, S.L. (Zurich Santander), sociedade holding com sede na Espanha detida, direta ou indiretamente, 51% (cinquenta e um por cento) pela Zurich Financial Services Ltd. e suas afiliadas (Zurich) e 49% (quarenta e nove por cento) pelo Banco Santander, S.A. (Banco Santander Espanha), e (ii) Inversiones ZS America SPA, sociedade com sede no Chile e detida pela Zurich Santander (Inversiones ZS).

Referido fechamento compreendeu a efetiva transferência, (i) pelo Banco Santander à Zurich Santander, 11.251.174.948 ações ordinárias de emissão da Santander Seguros, e (ii) pelo Banco Santander à Inversiones ZS, de 3 ações ordinárias de emissão da Santander Seguros.

O preço de compra e venda final será definido oportunamente, com base no balanço patrimonial especial a ser preparado pela Santander Seguros em relação ao período encerrado em 30 de setembro de 2011 a ser apresentado no primeiro semestre de 2012 e nos mecanismos de ajuste de preço expressamente previstos no respectivo Contrato de Compra e Venda datado de 14 de julho de 2011, e uma vez definido, o Banco Santander irá divulgá-lo ao público em geral e realizar a oferta do direito de preferência aos seus acionistas, nos termos do artigo 253 da Lei 6.404/1976.

A Operação está inserida no contexto da parceria estratégica no exterior entre Santander Espanha e

Zurich, envolvendo a aquisição, pela Zurich Santander, de todas as seguradoras de ramos elementares e de vida e previdência do Santander Espanha na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai.

Como parte da Operação, o Banco Santander distribuirá exclusivamente os produtos de seguros, nos próximos 25 anos, através de sua rede de agências, com exceção dos seguros de automóveis, que não estão incluídos no escopo de exclusividade na Operação. Como resultado destes contratos, o Banco Santander receberá uma remuneração equivalente à atualmente praticada.

A Operação visa fomentar e fortalecer a atuação do Banco Santander no mercado de seguros, fornecendo uma maior oferta de produtos, abrangendo classes de clientes atualmente não exploradas e alavancando a capacidade de distribuição do Banco Santander, entre outros.

A Operação, na forma da regulamentação aplicável, está sujeita à homologação da SUSEP.

### Conjuntura Econômica

A economia brasileira segue em expansão, ainda que em ritmo ligeiramente mais moderado. Até o terceiro trimestre de 2011, o PIB apresentou um avanço de 2,2%, comparado com o mesmo período de 2010, abaixo dos 3,3% registrados no trimestre anterior.

A inflação permanece acima do objetivo do Banco Central do Brasil, o principal índice de preços ao consumidor registrou alta de 6,5% em 2011.

O desempenho da balança comercial, em 2011, se mostrou bastante favorável, com saldo positivo de US\$29,8 bilhões. As exportações continuam sendo sustentadas tanto pelo aumento do volume como, em grande parte, pela elevação dos preços de algumas commodities, impulsionadas pelo crescimento dos países emergentes. Já as importações revelam uma demanda interna que se mantém aquecida e uma moeda brasileira forte. A taxa de câmbio encerrou dezembro no patamar de R\$1,88/US\$.

O estoque de crédito do sistema financeiro atingiu R\$2,03 trilhões em dezembro, registrando aumento de 19% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A solidez da demanda interna e do sistema financeiro continua sendo fundamental para sustentar o crescimento brasileiro, a despeito das incertezas que cercam a recuperação econômica global. A manutenção de bons fundamentos terá papel relevante para garantir a sustentabilidade deste ciclo de crescimento da economia.

Nos primeiros cinco meses do ano o mercado de seguros do Brasil cresceu 18,4%, com vendas de R\$44,9 bilhões. Segundo dados da SUSEP, seguros gerais participou com R\$28,9 bilhões do valor total, seguros

de pessoas e previdência com R\$16,0 bilhões. As indenizações pagas aos segurados ou titulares com pedidos de resgate totalizaram R\$20,2 bilhões no mesmo período.

### Desempenho Econômico-Financeiro

A Brasil Seguros atingiu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, um lucro líquido no valor de R\$38 milhões, patrimônio líquido de R\$130 milhões e reservas técnicas de seguros de R\$126 milhões.

### Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, de no mínimo 25%.

A Assembleia Geral poderá, de acordo com proposta da Diretoria Executiva, destinar à formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, poderá deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social; e/ou reter parcela dos lucros visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Brasil Seguros. Os lucros não destinados nos termos deste artigo deverão ser distribuídos como dividendos.

### Perspectivas

A Brasil Seguros continuará expandindo seus negócios, aumentando seu volume de prêmios e mantendo sua forte atuação comercial, sempre com o contínuo foco na qualidade de atendimento aos clientes, na gestão de custos operacionais e na qualidade e solidez do balanço. A principal estratégia é o crescimento dos negócios através do lançamento de produtos inovadores que contribuam de maneira positiva com nossos clientes, acionistas e com o desenvolvimento do mercado brasileiro de seguros.

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e parceiros de negócios pela confiança em nossa administração, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Brasil Seguros.

São Paulo, fevereiro de 2012

### A Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	2011	2010
Prêmios Emitidos Líquidos		258.236	197.342
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios		(24.621)	(21.605)
<b>Prêmios Ganhos</b>	<b>17.a</b>	<b>233.615</b>	<b>175.737</b>
Sinistros Ocorridos	17.b	(17.314)	(23.010)
Custos de Aquisição	17.c	(144.154)	(120.014)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	17.d	(10.623)	(2.643)
Resultado Operacional		(2.131)	(3.072)
Despesas Administrativas	18.a	(1.522)	(1.840)
Despesas com Tributos	18.b	(12.994)	(8.541)
Resultado Financeiro	18.c	18.600	23.252
<b>Resultado Operacional</b>		<b>63.477</b>	<b>39.869</b>
Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes		319	93
<b>Resultados antes dos Impostos e Participações</b>		<b>63.796</b>	<b>39.962</b>
Imposto de Renda	19.d	(15.735)	(9.816)
Contribuição Social	19.d	(9.580)	(5.998)
<b>Lucro Líquido</b>		<b>38.481</b>	<b>24.148</b>
Quantidade de Ações (Mil)	15.a	70.284	70.284
Lucro Líquido por Ação - R\$		0,55	0,34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	2011	2010
Atividades Operacionais		291.757	253.500
Recebimentos de Prêmios de Seguro e Outras Recuperações de Sinistros e Comissões		33	-
Outros Recebimentos Operacionais (Salvados, Ressarcimentos e Outros)		665	283
Pagamentos de Sinistros e Comissões		(192.215)	(180.215)
Repasses de Prêmios por Cessão de Riscos		(75.413)	(28.760)
Pagamentos de Despesas e Obrigações		(15.196)	(2.316)
Outros Pagamentos Operacionais		(7)	-
Constituição de Depósitos Judiciais		(282)	(76)
Resgates de Depósitos Judiciais		12	11
<b>Caixa Gerado (Consumido) pelas Operações</b>		<b>8.625</b>	<b>42.777</b>
Impostos e Contribuições Pagos		(13.957)	(22.667)
Investimentos Financeiros:			
Aplicações	6.b	(262.295)	(201.269)
Vendas e Resgates	6.b	343.738	191.960
<b>Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais</b>		<b>76.111</b>	<b>10.801</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>			
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		(77.422)	(3.529)
<b>Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades de Financiamento</b>		<b>(77.422)</b>	<b>(3.529)</b>
<b>Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(1.311)</b>	<b>7.272</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>	<b>5</b>	<b>8.762</b>	<b>1.490</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período</b>	<b>5</b>	<b>7.451</b>	<b>8.762</b>
<b>Aumento (Redução) nas Aplicações Financeiras - Recursos Livres</b>		<b>(39.101)</b>	<b>4.490</b>
<b>Conciliação entre Lucro Líquido e Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais</b>		<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Lucro Líquido</b>		<b>38.481</b>	<b>24.148</b>
<b>Mais:</b>			
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos		5.688	3.075
<b>Menos:</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(1.393)	(583)
<b>Atividades Operacionais</b>		<b>59.992</b>	<b>(27.087)</b>
Variação das Aplicações		(51.419)	(28.974)
Variação de Títulos e Créditos a Receber		(14.492)	(501)
Variação dos Custos de Aquisição Diferidos		(56.016)	-
Variação de Outros Ativos		-	(25)
Variação de Contas a Pagar		10.984	1.693
Variação dos Débitos das Operações com Seguros e Resseguros		50.447	36.662
Variação de Depósitos de Terceiros		12.957	(19.918)
Variação de Provisões Técnicas		21.003	22.571
Variação de Provisões Judiciais		(121)	(1.119)
<b>Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais</b>		<b>76.111</b>	<b>10.801</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2011	2010
<b>Ativo Circulante</b>		<b>411.114</b>	<b>347.790</b>
<b>Disponível</b>	<b>5</b>	<b>7.451</b>	<b>8.762</b>
Caixa e Bancos		7.451	8.762
<b>Aplicações</b>	<b>6.b</b>	<b>151.246</b>	<b>211.238</b>
Cotas de Fundos de Investimentos		150.048	211.073
Outras Aplicações		1.198	165
<b>Créditos das Operações com Seguros e Resseguros</b>	<b>7.a</b>	<b>159.506</b>	<b>108.087</b>
Prêmios a Receber		137.241	87.805
Operações com Seguradoras		24.317	20.302
Operações com Resseguradoras		1.369	1.479
Outros Créditos Operacionais		-	13
(-) Provisão para Riscos de Créditos		(3.421)	(1.512)
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>	<b>8</b>	<b>18.087</b>	<b>895</b>
Títulos e Créditos a Receber		14.428	389
Créditos Tributários e Previdenciários		3.647	506
Outros Créditos		42	-
(-) Provisão para Riscos de Créditos		(30)	-
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>
Outros Valores		30	30
<b>Custos de Aquisição Diferidos</b>	<b>14.e</b>	<b>74.794</b>	<b>18.778</b>
Seguros		74.794	18.778
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>3.354</b>	<b>4.661</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>6.c</b>	<b>3.354</b>	<b>4.661</b>
Aplicações		-	-
Outras Aplicações		194	194
(-) Provisão para Desvalorização		(194)	(194)
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>3.354</b>	<b>4.661</b>
Créditos Tributários e Previdenciários		8	2.863
Depósitos Judiciais e Fiscais		9	1.798
<b>Total do Ativo</b>		<b></b>	

# Santander Brasil Seguros S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Brasil Seguros foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras nas normas internacionais de contabilidade prescritas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 424, de 29 de abril de 2011, que produziu efeitos a partir de 1 de janeiro de 2011, instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

A adoção inicial (data de transição) dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC foi 1 de janeiro de 2010.

O principal CPC aplicável as operações da Brasil Seguros é o CPC 11, que estabelece:

- Classificação dos contratos emitidos entre contratos de seguros, de prestação de serviços e de investimentos;
- Separação dos derivativos embutidos e componentes de depósito existentes em um contrato principal (de seguros), e de sua avaliação por seu valor justo;
- Proibição do reconhecimento de provisões para sinistros futuros, se esses sinistros forem originados de contratos de seguros que ainda não existem ou não estão vigentes (como provisões para catástrofe ou para equalização de risco);
- Elaboração de teste de adequação do passivo (TAP) ou Liability Adequacy Test (LAT) relacionado a contratos de seguros ou participação discricionária;
- Mensuração a valor justo dos passivos e ativos de contratos de seguros assumidos em uma combinação de negócios ou transferência de carteira (sujeito à regulamentação adicional);
- Reconhecimento da característica de participação discricionária ou como passivo ou como um componente separado do patrimônio líquido;
- Novas exigências de divulgação relativas a contratos de seguros.

As informações comparativas de 2010 foram modificadas em 2011, quando aplicável, para adaptar a apresentação das demonstrações financeiras segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 424/2011.

Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Brasil Seguros na elaboração das Demonstrações Financeiras. A Brasil Seguros faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e assunções requeridas são as melhores disponíveis de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para riscos de créditos - constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às eventuais perdas na realização de prêmios a receber;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não financeiros (incluindo ativos tangíveis, ágio e outros ativos intangíveis);
- Teste de Adequação do Passivo (TAP); e
- Provisões Técnicas Atuariais

A Brasil Seguros não possui itens da Demonstração de Receitas e Despesas Reconhecidas e portanto esta não foi apresentada.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pela Diretoria Executiva da reunião realizada em 22 de fevereiro de 2012.

### 4. Principais Práticas Contábeis

#### a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuariais (NTA).

#### b) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos "pro rata" de sua. Os rendimentos e encargos prefixados são demonstrados como reduções dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou de provável realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no circulante.

#### c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e outras aplicações com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

#### d) Avaliação de Ativos e Passivos Financeiros

##### Definições e Classificação dos Instrumentos Financeiros

##### i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Brasil Seguros e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade. "Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros, com postula similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

##### ii. Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "Outros valores e bens" ou se forem referentes a "Caixa e equivalentes de caixas" e "Participações societárias", os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação** (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os instrumentos financeiros não classificados como instrumentos de *hedge*.
- Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado:** essa categoria inclui os ativos financeiros não mantidos para negociação mensurados ao valor justo, como o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (divergências contábeis) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros, ou ambos, que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documental de gestão de risco ou de investimento.
- Os instrumentos financeiros incluídos nessa categoria (e em Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado) estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.
- Ativos financeiros disponíveis para venda:** essa categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".
- Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo.** Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "Mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam subsidiárias, coligadas ou entidades de controle conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado na tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.
- Empréstimos e recebíveis:** essa categoria inclui ativos financeiros que de modo geral, a intenção seja de mantê-los até o vencimento final. Os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não-recuperação estimadas).
- Investimentos mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais a Brasil Seguros tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.
- Os passivos financeiros da Brasil Seguros são incluídos para fins de mensuração na seguinte categoria:
  - Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento. Correspondem, basicamente, a dividendos e juros sobre o capital próprio e débitos de operações com seguros e resseguros.

### iii. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até no prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, líquido e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo nas diversas espécies de riscos associados a ele.

Os "Empréstimos e recebíveis" e "Investimentos mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluindo na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno líquido em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Brasil Seguros ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras.

#### iv. Técnicas de Avaliação

Os valores justos dos ativos financeiros no período findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$151.246 (31 de dezembro de 2010 - R\$211.238) de ativos financeiros para negociação, foram baseados em Cotações Publicadas - Preço em Mercados Ativos (Nível 1).

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos Nível 1, incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada, ativos securizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Não houve reclassificações entre o nível 1 e o nível 2 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O Nível 3 registra ativos ou passivos financeiros na qual não é utilizado dados observáveis de mercado para fazer a mensuração.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Brasil Seguros não possui nenhum instrumento financeiro classificado como nível 2 e 3.

#### e) Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros, contabilizados por ocasião da emissão das apólices/faturas, são registrados como prêmios emitidos. A receita correspondente é diferida "pro rata" dia pelo prazo de vigência das apólices/faturas de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos calculada com base na retenção líquida dos prêmios emitidos. As comissões e outros custos de angariação também são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices/faturas e refletidos no saldo de despesas de comercialização diferidas.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuariais (NTA).

#### f) Provisão para Riscos de Créditos

Constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às eventuais perdas na realização de contas a receber. As respectivas despesas das provisões para riscos de crédito são reconhecidas na rubrica "Outras Receitas (Despesas) Operacionais".

#### g) Custos de Aquisição Diferidos

São consideradas custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Estes são diferidos pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

#### h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A Brasil Seguros é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas nas demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais, e acredita que, de forma agregada, não terão impactos significativos no resultado, fluxo de caixa ou condição financeira da Brasil Seguros.

#### i) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos nas Resoluções CNSP 139/2005 e 162/2006 alterada pela Resolução CNSP 181/2007, 195/2008 e 204/2009 e Circular Susep 288/2005.

##### • Provisão para Prêmios não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pelas parcelas dos prêmios emitidos líquidos, correspondentes aos períodos de riscos não decorridos das apólices, calculada "pro rata" dia.

##### • Provisões de Prêmios não Ganhos - Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos já assumidos mas que ainda não possuem as respectivas apólices emitidas.

##### • Provisão de Insuficiência de Prêmio (PIP)

As mencionadas resoluções também instituiram a PIP, quando por cálculos atuariais for constatada a insuficiência da PPNG para cobertura dos sinistros e despesas a decorrer da carteira vigente.

##### • Provisão Complementar de Prêmios (PCP)

A PCP é calculada "pro rata" dia, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e as contribuições a prêmios líquidos/comercial. O seu valor é a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG (Seguros) constituída no mês, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não.

##### • Provisões de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída com base nos avisos recebidos pela seguradora, relativos a sinistros, que foram objetos de seguros e de coseguros aceitos e ainda não indenizados.

##### • Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)

A IBNR é constituída com base em NTA ou na estimativa histórica entre as datas de ocorrência e de aviso dos sinistros, de acordo com a Resolução CNSP 162/2006 (alterada pela Resolução CNSP 181/2007, 195/2008 e 204/2009) para seguros e Circular Susep 288/2005 para previdência.

#### j) Resseguros

Os prêmios de resseguros pagos são reconhecidos no período onde o inicia o contrato de resseguro e inclui estimativas onde o valor não pode ser determinado no final do período de divulgação.

Um ativo de resseguro é reconhecido para refletir o montante estimado que será recuperado do contrato de resseguro relacionado aos sinistros ocorridos. O montante recuperado do ressegurador é inicialmente mensurado com as mesmas bases provisão do sinistro. O montante a ser recuperado é reduzido quando tem uma clara evidência que o valor reconhecido inicialmente não será recuperado.

Por ser uma Seguradora de varejo, que comercializa produtos através do canal bancário, a Brasil Seguros não tem por característica assumir grandes riscos, havendo uma grande pulverização de riscos e concentração em baixos valores de importância segurada. Sendo assim, adota em sua política de riscos de subscrição, o repasse do risco ao Ressegurador visando a proteção da carteira nos capitais mais elevados.

#### k) Teste de Adequação de Passivos

Conforme determinado pela Circular SUSEP 410/2010, a adequação das Provisões Técnicas constituídas é atestada através do Teste de Adequação do Passivo (TAP).

O TAP é realizado bruto de resseguro e verifica se as Provisões Técnicas registradas, líquidas de custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados, estão adequadas às estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros dos contratos e certificados em vigor na data base desta demonstração. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade trimestral.

Para a realização do TAP, a Brasil Seguros agrupou as linhas de negócios com características semelhantes de risco e utilizou como premissas técnicas as experiências de sinistralidade e cancelamentos que melhor refletissem a experiência atual observada para cada grupo. Para a projeção dos custos de aquisição que não são diferidos e para as despesas administrativas, foi adotado protocolo específico da receita futura projetada para cada grupo.

Para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo de taxa de juros real livre de risco obtida através da curva de títulos públicos federais indexados ao IPC-A disponíveis no mercado financeiro brasileiro.

Para todas as linhas de negócios foi observada a suficiência das Provisões Técnicas em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

#### l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As seguradoras podem deduzir determinadas despesas na referida base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas com tributos.

#### m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenciações temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 19.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovada pela Administração da Brasil Seguros.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transferência (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

#### 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes a caixa e bancos.

#### 6. Aplicações

##### a) Composição por Classificação

As aplicações estão compostas por cotas de fundos de investimentos não exclusivos em 31 de dezembro de 2011 com valor de custo atualizado e mercando de R\$150.048 (circulante - R\$211.073) e de outras aplicações no valor de R\$1.198 (2010 - R\$165), registrados no ativo circulante, na categoria ativos financeiros para negociação e sem prazo de vencimento.

A taxa média dos juros das aplicações em títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2011 foi de 12,1% (2010 - 8,4%).

##### b) Movimentação das Aplicações

	2011	2010
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>211.238</b>	<b>184.151</b>
Aplicações	262.295	201.269
Vendas/Resgates	(343.738)	(191.960)
Atualizações Monetárias	21.451	17.778
<b>Saldo no Final do Período</b>	<b>151.246</b>	<b>211.238</b>

##### c) Outras Aplicações

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as outras aplicações registradas no realizável a longo prazo, referem-se a aplicações em incentivos fiscais no valor de R\$194, para as quais foram constituídas provisões para desvalorização no mesmo valor.

##### d) Garantia das Provisões Técnicas

As provisões técnicas estão garantidas por cotas de fundos de investimentos não exclusivos em 2011 no valor de R\$150.048 (2010 - R\$211.073), excedendo o limite das provisões técnicas no montante de R\$23.704 (2010 - R\$105.732).

##### e) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Brasil Seguros não apresenta operações com instrumentos financeiros derivativos.

#### c) Sinistros Judiciais

##### Ações Judiciais Relacionadas a Sinistros

	2011	2010
Perda Provável	236	1.738
Perda Possível	73	4.916
Perda Remota	12	477
<b>Total</b>	<b>321</b>	<b>7.131</b>

##### Movimentação das Ações Judiciais

	2011	2010
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>4.849</b>	<b>3.989</b>
Constituições	154	45
Pagamentos/Baixas	(1.256)	(57)
Atualizações Monetárias	453	872
<b>Saldo no Final do Período</b>	<b>4.200</b>	<b>4.849</b>

##### d) Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados

	2011	2010
Habitacional	3.306	3.388
Riscos Diversos	1.466	2.485
Compreensivo Residencial	366	398
Demais Ramos	46	25
<b>Total - Circulante</b>	<b>5.184</b>	<b>6.295</b>

##### e) Custos de Aquisição Diferidos

	2011	2010
Compreensivo Residencial	15.638	14.531
Riscos Diversos	59.156	4.195
Demais Ramos	-	52
<b>Total - Circulante</b>	<b>74.794</b>	<b>18.778</b>

##### f) Movimentação dos Custos de Aquisição Diferidos

	2011	2010
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>18.778</b>	<b>19.637</b>
Adições	143.488	28.332
Amortizações	(87.472)	(29.191)
<b>Saldo no Final do Período</b>	<b>74.794</b>	<b>18.778</b>

#### 15. Patrimônio Líquido

##### a) Capital Social

O capital social autorizado e integralizado em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é composto por 70.284 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de domicílios no país.

##### b) Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

	2011	2010
--	------	------

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 17. Resultado com os Principais Ramos de Atuação

	2011		2010	
	Prêmios Ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %	
Compreensivo Residencial	69.395	58,218	17	23
Riscos Diversos	125.853	88.723	0	5
Habitacional	38.367	28.796	9	15
<b>Total</b>	<b>233.615</b>	<b>175.737</b>		

### b) Sinistros Ocorridos

	2011	2010
Compreensivo Residencial	12.088	13.254
Habitacional	3.386	4.440
Riscos Diversos	4	4.169
Demais Ramos	1.836	1.147
<b>Total</b>	<b>17.314</b>	<b>23.010</b>

### c) Custos de Aquisição

	2011	2010
Compreensivo Residencial	26.308	24.482
Riscos Diversos	107.432	87.157
Habitacional	10.414	8.375
<b>Total</b>	<b>144.154</b>	<b>120.014</b>

### 18. Detalhamento das Contas de Resultado

#### a) Despesas Administrativas

	2011	2010
Serviços de Terceiros	588	530
Localização e Funcionamento	151	641
Publicações e Propaganda	130	121
Donativos e Contribuições	446	496
Outras	207	52
<b>Total</b>	<b>1.522</b>	<b>1.840</b>

#### b) Despesas com Tributos

	2011	2010
Cofins	10.660	6.909
PIS/Pasep	1.732	1.123
Taxa de Fiscalização da Susep	598	501
Outras	4	8
<b>Total</b>	<b>12.994</b>	<b>8.541</b>

#### c) Resultado Financeiro

	2011	2010
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>25.255</b>	<b>28.242</b>
Títulos de Renda Fixa	21.451	17.586
Operações de Seguros	3.676	10.353
Outras	128	303
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(6.655)</b>	<b>(4.990)</b>
Operações de Seguros	(6.070)	(4.776)
Impostos e Contribuições	(391)	(96)
Outras	(194)	(118)
<b>Total</b>	<b>18.600</b>	<b>23.252</b>

#### d) Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	2011	2010
Receitas (Despesas) com Administração de Apólices	(3.143)	3.201
Constituição de Provisão para Devedores Duvidosos	(1.908)	(1.322)
Outras Receitas (Despesas) com Operações de Seguros	(5.541)	(4.522)
Outras Despesas Operacionais	(31)	-
<b>Total</b>	<b>(10.623)</b>	<b>(2.643)</b>

### 19. Ativos e Passivos Fiscais

#### a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2010		Saldo em 31/12/2011	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para Contingências Cíveis	134	(70)	594	
Provisão para Contingências Fiscais	79	-	252	
Outras Provisões Temporárias	1.016	-	1.776	
<b>Saldo dos Créditos Tributários/Registrados</b>	<b>1.229</b>	<b>(70)</b>	<b>2.622</b>	
	Saldo em 31/12/2009		Saldo em 31/12/2010	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para Contingências Cíveis	362	(557)	134	
Provisão para Contingências Fiscais	63	(21)	79	
Outras Provisões Temporárias	221	-	1.016	
<b>Saldo dos Créditos Tributários/Registrados</b>	<b>646</b>	<b>(578)</b>	<b>1.229</b>	

### b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias		2011
	IRPJ	CSLL	
2012	638	393	1.031
2013	338	213	551
2014	338	213	551
2015	74	45	119
2016	233	137	370
<b>Total</b>	<b>1.621</b>	<b>1.001</b>	<b>2.622</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

#### c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários e dos créditos registrados é de R\$2.306 (2010 - R\$1.086), calculados tendo em vista a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

#### d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2011	2010
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>63.796</b>	<b>39.962</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente</b>	<b>(25.518)</b>	<b>(15.984)</b>
Despesas Ajustáveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(28)	(11)
Demais Ajustes	232	182
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(25.315)</b>	<b>(15.814)</b>
<b>e) Cálculo Efetivo das Alíquotas no Patrimônio</b>		
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Lucro antes da Tributação	63.796	39.963
Imposto de Renda e Contribuição Social	25.315	15.814
Alíquota Efetiva	39,7%	39,6%

### 20. Partes Relacionadas

#### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária da Santander Brasil Seguros realizada em 31 de março de 2011, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2011, foi fixado o valor máximo de R\$10.

A Santander Brasil Seguros controlada pela Santander Seguros e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander ou na Santander Seguros, conforme o caso.

A Santander Brasil Seguros não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 2011 e 2010 não foram registrados despesas com honorários para a Diretoria e planos de aposentadoria complementar.

#### b) Participação Acionária

A Santander Brasil Seguros é controlada pela Santander Seguros e, indiretamente pela Zurich Santander com sede na Espanha, que possui participação acionária direta de 70.284 mil ações ordinárias, equivalentes a 100% do capital social.

#### c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	2011	2010
<b>Ativo</b>		
Disponível	6.851	8.762
Banco Santander	6.851	8.762
<b>Aplicações</b>	<b>1.039</b>	<b>-</b>
Santander Capitalização	1.039	-
<b>Custos de Aquisição Diferidos</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagens de Seguros	2	2
<b>Passivo</b>		
Contas a Pagar	-	(5.735)
Santander Seguros (1)	-	(5.735)
<b>Outros Débitos Operacionais</b>	<b>(56.561)</b>	<b>(13.567)</b>
Banco Santander	(56.561)	(13.567)
<b>2011</b>		
<b>Resultado</b>		
<b>Custos de Aquisição</b>	<b>(21.467)</b>	<b>(21.467)</b>
Santander Seguros	(21.467)	(21.467)
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>	<b>(1.022)</b>	<b>(1.022)</b>
Santander Capitalização	(1.022)	(1,022)
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(103)</b>	<b>(103)</b>
Banco Santander	(103)	(103)
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>(167)</b>	<b>(167)</b>
Santander Capitalização	(167)	(167)
Santander Brasil Asset	(167)	(167)
(1) Controladora.		

### DIRETORIA EXECUTIVA

#### Diretor Superintendente

Gilberto Duarte de Abreu Filho

#### Diretores Executivos

 Amancio Acúrcio Gouveia  
 Angel Oscar Agallano

 Hélio Flausino Gonçalves  
 Nilo Sérgio Silveira Carvalho

 Elizeu da Silva Souza  
 Contador - CRC 1SP156781/O-9

### PARECER ATUARIAL

A análise foi realizada por plano e consistiu em verificar se os montantes das provisões técnicas constituídas estão de acordo com o estabelecido nas Resoluções CNSP nº 162/2006, 181/2007, 195/2008 e 204/2009, nas normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e nas Notas Técnicas Atuariais encaminhadas a este órgão de forma a refletir os compromissos técnicos com os segurados e outros beneficiários, bem como atender ao equilíbrio atuarial da carteira.

Visando adequar as provisões técnicas às operações em curso e conforme Resoluções acima citadas, destacamos que em 31 de dezembro de 2011, a Seguradora constituiu a Provisão Complementar de Prêmios referente à carteira de Seguros, em complemento à Provisão de Prêmios Não Ganhos, no valor de R\$ 1.630.012,97.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2012.

 Flávia Picchioni Tavares  
 Atuária Responsável Técnico  
 MIBA nº 1166

 Gilberto Duarte de Abreu Filho  
 Diretor Responsável Técnico  
 Santander Brasil Seguros S.A.

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

normas requerem o cumprimento de exigências técnicas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012

### DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

 Auditores Independentes  
 CRC nº 2 SP 011609/O-8

 Gilberto Bizerra de Souza  
 Contador  
 CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório de administração, as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes, referentes às atividades da Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo os critérios da Circular Susep 379/08.

**Reestruturação Societária**

Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada a Cisão Parcial da Santander Seguros com o versado da parcela cindida de seu patrimônio a uma nova sociedade, constituída no ato da Cisão Parcial, sob a denominação social de Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap). O acervo cindido para a Sancap corresponde ao valor total de R\$511.774 e refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela Santander Seguros no capital social da Santander Capitalização.

O processo de cisão parcial da Santander Seguros com a consequente constituição da Sancap foi aprovado pela SUSEP em 9 de agosto de 2011.

**Conjuntura Econômica**

A economia brasileira segue em expansão, ainda que em ritmo ligeiramente mais moderado. Até o terceiro trimestre de 2011, o PIB apresentou um avanço de 2,2%, comparado com o mesmo período de 2010, abaixo dos 3,3% registrados no trimestre anterior.

A inflação permanece acima do objetivo do Banco Central do Brasil, o principal índice de preços ao consumidor registrou alta de 6,5% em 2011.

O desempenho da balança comercial, em 2011, se mostrou bastante favorável, com saldo positivo de US\$29,8 bilhões. As exportações continuam sendo sustentadas tanto pelo aumento do volume como, em grande parte, pela elevação dos preços de algumas commodities, impulsionadas pelo crescimento dos países emergentes. Já as importações revelam uma demanda interna que se mantém aquecida e uma moeda brasileira forte. A taxa de câmbio encerrou dezembro no patamar de R\$1,88/US\$.

O estoque de crédito do sistema financeiro atingiu R\$2,03 trilhão em dezembro, registrando aumento de 19% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A solidez da demanda interna e do sistema financeiro continua sendo fundamental para sustentar o crescimento brasileiro, a despeito das incertezas que cercam a recuperação econômica global. A manutenção de bons fundamentos terá papel relevante para garantir a sustentabilidade deste ciclo de crescimento da economia.

A solidez da demanda interna e do sistema financeiro continua sendo fundamental para sustentar o crescimento brasileiro, a despeito das incertezas que cercam a recuperação econômica global. A manutenção de bons fundamentos terá papel relevante para garantir a sustentabilidade deste ciclo de crescimento da economia.

O crescimento da Capitalização no Brasil, nos primeiros cinco meses do ano chegou a 15,7% em relação ao mesmo período no ano anterior, com receitas que atingiram R\$ 5,4 bilhões. De acordo com dados da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) as provisões tiveram 14,5% de crescimento, o equivalente a R\$18,1 bilhões.

**Desempenho Econômico-Financeiro**

A Santander Capitalização atingiu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, um lucro líquido no valor de R\$135 milhões, patrimônio líquido de R\$251 milhões e reservas técnicas de capitalização de R\$1.723 milhões.

**Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos**

Os acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, de no mínimo 25%.

A Assembleia Geral poderá, de acordo com proposta da Diretoria Executiva, destinar à formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, poderá deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social; e/ou reter parcela dos lucros visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Santander Capitalização. Os lucros não destinados nos termos deste artigo deverão ser distribuídos como dividendos.

**Perspectivas**

A Santander Capitalização continuará expandindo seus negócios e mantendo sua forte atuação comercial, sempre com o contínuo foco na qualidade de atendimento aos clientes, na gestão de custos operativos e na qualidade e solidez do balanço. A principal estratégia é o crescimento dos negócios através do lançamento de produtos inovadores que contribuam de maneira positiva com nossos clientes, acionistas e com o desenvolvimento do mercado brasileiro de capitalização.

**Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e parceiros de negócios pela confiança em nossa administração, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Santander Capitalização.

São Paulo, fevereiro de 2012

A Diretoria Executiva

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2011	2010
<b>Ativo Circulante</b>		<b>1.240.450</b>	<b>1.163.964</b>
<b>Disponível</b>	<b>5 &amp; 23.c</b>	<b>3.399</b>	<b>9.379</b>
Caixa e Bancos		3.399	9.379
<b>Aplicações</b>	<b>6.a</b>	<b>1.233.129</b>	<b>1.151.012</b>
Títulos de Renda Fixa		519.111	160.937
Contas de Fundos de Investimentos		714.018	990.075
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>3.922</b>	<b>3.573</b>
Títulos e Créditos a Receber	23.c	72	66
Créditos Tributários e Previdenciários	7	3.210	2.653
Outros Créditos a Receber		640	854
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>912.585</b>	<b>1.065.169</b>
<b>Intangível</b>		<b>777.678</b>	<b>930.206</b>
<b>Aplicações</b>		<b>720.031</b>	<b>888.949</b>
Títulos de Renda Fixa	6.a	720.031	888.949
Outras Aplicações	6.d	10.817	10.817
(-) Provisão para Desvalorização	6.d	(10.817)	(10,817)
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>57.647</b>	<b>41.257</b>
Créditos Tributários e Previdenciários	7	11.699	11.582
Depósitos Judiciais e Fiscais	8	46.253	29.675
(-) Provisão para Riscos de Crédito		(605)	-
<b>Permanente</b>		<b>134.907</b>	<b>134.963</b>
<b>Investimentos</b>		<b>1.786</b>	<b>1.842</b>
Participações Societárias	9	2.447	4
Imóveis Destinados à Renda		1.085	1.085
Outros Investimentos		(1.072)	(1,072)
(-) Provisão para Desvalorização		(674)	(622)
<b>Imobilizado</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Bens Móveis		3	3
(-) Depreciação		(3)	(3)
<b>Intangível</b>	<b>10</b>	<b>133.121</b>	<b>133.121</b>
Agios de Incorporação		133.121	133.121
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.153.035</b>	<b>2.229.133</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2011	2010
<b>Passivo Circulante</b>		<b>1.804.035</b>	<b>1.629.243</b>
<b>Contas a Pagar</b>		<b>62.662</b>	<b>94.573</b>
Obrigações a Pagar		25.402	33.374
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		404	363
Impostos e Contribuições	11	34.911	59.808
Outras Contas a Pagar		1.945	1.028
<b>Débitos de Operações com Capitalização</b>	<b>13</b>	<b>14.280</b>	<b>2.432</b>
Débitos Operacionais			

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Reservas de Lucros				Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Reserva para Equalização de Dividendos			
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>279.463</b>	<b>10.004</b>	<b>106.218</b>	<b>(8.815)</b>	-	<b>386.870</b>	
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	1.931	-	1.931	
Lucro Líquido	-	-	-	-	172.472	172.472	
Destinações:							
Reserva Legal	15.c	7.026	-	-	(7.026)	-	
Dividendos	15.c	-	-	-	(33.374)	(33.374)	
Reserva para Equalização de Dividendos	15.d	-	132.072	-	(132.072)	-	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>279.463</b>	<b>17.030</b>	<b>238.290</b>	<b>(6.884)</b>	-	<b>527.899</b>	
Aumento de Capital com base na Reserva para Equalização de Dividendos	15.b	44.437	(44.437)	-	-	-	
Redução de Capital	15.b	(200.000)	-	-	-	(200.000)	
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	13.500	-	13.500	
Dividendos pagos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	(193.000)	-	-	(193.000)	
Lucro Líquido	-	-	-	-	135.050	135.050	
Destinações:							
Reserva Legal	15.c	6.752	-	-	(6.752)	-	
Dividendos	15.c	-	-	-	(32.074)	(32.074)	
Reserva para Equalização de Dividendos	15.d	-	96.224	-	(96.224)	-	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>123.900</b>	<b>23.782</b>	<b>97.077</b>	<b>6.616</b>	-	<b>251.375</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 1. Contexto Operacional

A Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização), controlada pela Sanpac Investimentos e Participações S.A. (Sanpac), domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP, é uma Instituição integrante do Conglomerado Santander e tem como objeto social a instituição e administração de planos de capitalização, pagos pelos portadores de seus títulos, visando a constituição de capitais garantidos, ao fim do prazo fixado no título respectivo, de acordo com a legislação vigente e notas técnicas aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

### 2. Reestruturações Societárias

No contexto da operação de venda da Santander Seguros, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada a Cisão Parcial da Santander Seguros com versão da parcela cindida de seu patrimônio a uma nova sociedade, constituída no ato da Cisão Parcial, sob a denominação social de Sanpac Investimentos e Participações S.A. (Sanpac). O acervo cindido para a Sanpac corresponde ao valor total de R\$511.774 e refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela Santander Seguros no capital social da Santander Capitalização.

O processo de cisão parcial da Santander Seguros com a consequente constituição da Sanpac foi aprovado pela SUSEP em 9 de agosto de 2011.

### 3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Capitalização foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP conforme anexo IV da Circular SUSEP 424/2011, que visa a harmonização das práticas contábeis brasileiras as normas internacionais de contabilidade prescritas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Estão apresentadas na forma de contabilização estabelecida pela Circular SUSEP 379/2008, conforme determinado pela Circular SUSEP 426/2011. A adoção inicial (data de transição) dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, foi 1 de janeiro de 2010 (Nota 25).

As informações comparativas de 2010 foram modificadas em 2011, quando aplicável, para adaptar a apresentação das demonstrações financeiras segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 424/2011, conforme demonstrado na nota explicativa 26.

Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Santander Capitalização na elaboração das Demonstrações Financeiras. A Santander Capitalização faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e assinções requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para riscos de créditos - constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às eventuais perdas na realização de prêmios a receber;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não financeiros (incluindo ativos tangíveis, ágio e outros ativos intangíveis);
- Provisões Técnicas Capitalização.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pela diretoria executiva na reunião realizada em 22 de fevereiro de 2012.

### 4. Principais Práticas Contábeis

#### a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência.

#### b) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos "pro rata" dia. Os rendimentos e encargos prefixados são demonstrados como redução dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou de provável realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no circulante.

#### c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e outras aplicações com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

#### d) Avaliação de Ativos e Passivos Financeiros

##### Definições e Classificação dos Instrumentos Financeiros

###### 1. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Santander Capitalização e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade. "Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

###### ii. Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "Outros valores e bens" ou se forem referentes a "Caixa e equivalentes de caixas" e "Participações societárias", os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.
- Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros não mantidos para negociação mensurados ao valor justo, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (divergências contábeis) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros, ou ambos, que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento.
- Os instrumentos financeiros incluídos nessa categoria (e em Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado) estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.
- Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas correntes de processos judiciais, e acredita que, de forma agregada, não terão impactos significativos no resultado, fluxo de caixa ou condição financeira da Santander Capitalização.
- **i.2) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**  
São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

**j) Provisões Técnicas**  
Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR).

Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos iram concorrer, mas que ainda não foram realizados e a provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos.

Provisão administrativa tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

Provisão de contingência é constituída para cobrir eventuais obrigações junto aos clientes.

###### k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

**l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**  
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 22.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovada pela Administração da Santander Capitalização e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

### 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

### 6. Aplicações a Composição por Classificação

Títulos para Negociação	2011		2010	
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Custo Atualizado	Valor de Mercado
<b>Títulos Privados</b>	<b>714.018</b>	<b>714.018</b>	<b>990.075</b>	<b>990.075</b>
<b>Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>714.018</b>	<b>714.018</b>	<b>990.075</b>	<b>990.075</b>
<b>Exclusivo</b>	<b>714.018</b>	<b>714.018</b>	<b>990.075</b>	<b>990.075</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	714.044	714.044	888.321	888.321
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	101.790	101.790
Outros <sup>(1)</sup>	(26)	(26)	(36)	(36)
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>1.216.532</b>	<b>1.239.142</b>	<b>1.049.716</b>	<b>1.049.886</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>1.216.532</b>	<b>1.239.142</b>	<b>1.049.716</b>	<b>1.049.886</b>
Notas do Tesouro Nacional - LTN	79.846	79.571	109.958	109.956
Letras do Tesouro Nacional - NTN-F	1.136.686	1.159.571	939.758	939.930
<b>Total</b>	<b>1.930.550</b>	<b>1.953.160</b>	<b>2.039.791</b>	<b>2.039.961</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.233.129</b>	<b>1.233.129</b>	<b>1.151.012</b>	<b>1.151.012</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>720.031</b>	<b>720.031</b>	<b>888.949</b>	<b>888.949</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se a valores a receber (pagar) dos Fundos de investimentos Exclusivo.

A taxa média dos juros das aplicações em Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2011 era 11% a.a (em 31 de dezembro de 2010 era de 15% a.a).

### b) Composição por Prazo de Vencimento

Títulos para Negociação	31 de dezembro de 2011						
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>12</b>	<b>15.538</b>	<b>39.572</b>	<b>658.897</b>	<b>(1)</b>	<b>714.018</b>	<b>714.018</b>
<b>Títulos Privados</b>	<b>12</b>	<b>15.538</b>	<b>39.572</b>	<b>658.897</b>	<b>(1)</b>	<b>714.018</b>	<b>714.018</b>
<b>Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo</b>	<b>12</b>	<b>15.538</b>	<b>39.572</b>	<b>658.897</b>	<b>(1)</b>	<b>714.018</b>	<b>714.018</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	15.565	39.582	658.897	-	714.044	714.044
Outros <sup>(1)</sup>	12	(27)	(10)	-	(1)	(26)	(26)
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>-</b>	<b>519.110</b>	<b>-</b>	<b>496.091</b>	<b>223.941</b>	<b>1.239.142</b>	<b>1.239.142</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>-</b>	<b>519.110</b>	<b>-</b>	<b>496.091</b>	<b>223.941</b>	<b>1.239.142</b>	<b>1.239.142</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	519.110	-	416.520	223.941	1.159.571	1.159.571
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	79.571	-	79.571	79.571
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>534.648</b>	<b>39.572</b>	<b>1.154.988</b>	<b>223.940</b>	<b>1.953.160</b>	<b>1.953.160</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se a valores a receber (pagar) dos Fundos de investimentos Exclusivo.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2011	2010
<b>Atividades Operacionais</b>			
Recebimentos de Contribuições e Taxas de Gestão e Outras		1.033.471	876.965
Pagamentos de Resgates, Sorteios e Comissões		(652.479)	(647.116)
Pagamentos de Despesas e Obrigações		(209.742)	(41.499)
<b>Caixa Gerado (Consumido) pelas Operações</b>		<b>171.250</b>	<b>188.350</b>
Impostos e Contribuições Pagos		(84.196)	(29.809)
Investimentos Financeiros:			
Aplicações	6.c	(1.039.098)	(1.424.765)
Vendas e Resgates	6.c	1.379.438	1.303.096
<b>Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais</b>		<b>427.394</b>	<b>36.872</b>
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		(233.374)	(32.826)
Redução de Capital	15.b	(200.000)	-
<b>Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades de Financiamento</b>		<b>(433.374)</b>	<b>(32.826)</b>
<b>Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(5.980)</b>	<b>4.046</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>5</b>	<b>9.379</b>	<b>5.333</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>5</b>	<b>3.399</b>	<b>9.379</b>
<b>Aumento nas Aplicações Financeiras - Recursos Livres Conciliação entre Lucro Líquido e Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais</b>		<b>(262.935)</b>	<b>169.296</b>
		<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Lucro Líquido</b>		<b>135.050</b>	<b>172.472</b>
<b>Mais:</b>			
Depreciação e Amortização		52	52
Provisão para Passivos Contingentes		17.273	17.567
<b>Menos:</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22.e	(2.661)	(1.339)
<b>Atividades Operacionais</b>			
Varição das Aplicações		110.956	(312.747)
Varição de Títulos e Créditos a Receber		(16.064)	(2.088)
Varição de Contas a Pagar		(23.608)	16.659
Varição dos Débitos das Operações com Capitalização		11.848	(1.408)
Varição de Depósitos de Terceiros		3.465	7.201
Varição de Provisões Técnicas		191.390	146.950
Varição de Provisões Judiciais		(307)	-
Varição de Outros Valores e Bens		-	33
<b>Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais</b>		<b>427.394</b>	<b>36.872</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

### c) Movimentação das Aplicações

	2011	2010
<b>Saldo no Início do Exercício</b>	<b>2.039.961</b>	<b>1.723.724</b>
Aplicações	1.039.098	1.424.765
Vendas/Resgates	(1.379.438)	(1.303.096)
Atualizações Monetárias	253.539	194.568
<b>Saldo no Final do Exercício</b>	<b>1.953.160</b>	<b>2.039.961</b>

### d) Outras Aplicações

As outras aplicações registradas no realizável a longo prazo, referem-se a aplicações com incentivos fiscais no valor de R\$10.817 (31 de dezembro de 2010 - R\$10.817), para as quais foram constituídas provisões para desvalorização no mesmo valor.

### e) Garantia das Provisões Técnicas

As seguintes parcelas de ativos estão retidas e/ou vinculadas em garantia às provisões técnicas:

	2011	2010
Títulos de Renda Fixa	1.239.142	1.049.886
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo	714.018	990.075
<b>Total</b>	<b>1.953.160</b>	<b>2.039.961</b>

Estes valores excedem o limite das provisões técnicas no montante de R\$230.493 (31 de dezembro de 2010 - R\$508.684).

### f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Santander Capitalização não apresenta operações com instrumentos financeiros derivativos.

### 7. Créditos Tributários e Previdenciários

	2011	2010
Créditos Tributários (Nota 22)	14.775	14.101
PIS e Cofins a Compensar	134	134
<b>Total</b>	<b>14.909</b>	<b>14.235</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.2</b>	

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	2011	2010
Lucro Líquido do Exercício	135.050	172.472
Levantado da Reserva Legal	(6.752)	(7.026)
<b>Base de Cálculo</b>	<b>128.298</b>	<b>165.446</b>
<b>Dividendos Mínimos Obrigatórios</b>	<b>32.075</b>	<b>33.374</b>
Dividendos	32.074	33.374

Em dezembro de 2011, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, com base no balanço levantado em 30 de novembro de 2011, no valor de R\$7.000 (R\$0,1083 em reais por ação ordinária), que serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2011 e dividendos com base na conta de reserva para equalização de dividendos no valor de R\$193.000 (R\$2,9869 em reais por ação ordinária).

Em 2011, foi apurado dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício no valor de R\$25.074 (R\$0,3881 em reais por ação).

Em 2010, foi apurado dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício no valor de R\$33.374 (R\$0,5165 em reais por ação).

**d) Reserva para Equalização de Dividendos**  
Limitada a 50% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

**e) Patrimônio Líquido Ajustado**  
O patrimônio líquido ajustado apresenta-se da seguinte forma em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
<b>Patrimônio Líquido Ajustado - PLA</b>		
Patrimônio Líquido	251.375	527.899
Participação em Coligadas e Controladas - Empresas Financeiras (100%) (Nota 9)	-	(4)
<b>Patrimônio Líquido Ajustado</b>	<b>251.375</b>	<b>527.895</b>
<b>f) Capital Mínimo Requerido</b>		
Patrimônio Líquido Ajustado	251.375	527.899
Capital Adicional - Risco Crédito	2.833	-
Capital Base	10.800	-
<b>Capital Mínimo Requerido</b>	<b>13.633</b>	<b>-</b>
<b>Suficiência</b>	<b>237.742</b>	<b>527.899</b>

**16. Despesas de Comercialização**  
Refere-se, principalmente, a despesas de angariação.

	2011	2010
<b>17. Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		
Resgates de Títulos	32.391	14.831
Débitos de Operações de Capitalização	(193.114)	(28.156)
<b>Total</b>	<b>(160.723)</b>	<b>(13.325)</b>

	2011	2010
<b>18. Despesas Administrativas</b>		
Serviços de Terceiros	498	2.296
Localização e Funcionamento	3.116	3.385
Publicações e Propaganda	153	163
Donativos e Contribuições	2.263	2.226
Convênio Operacional Banco Santander	4.180	7.863
Outras	1.042	302
<b>Total</b>	<b>11.252</b>	<b>16.235</b>

	2011	2010
<b>19. Despesas com Tributos</b>		
Cofins	8.885	5.483
PIS/Pasep	1.444	891
Taxa de Fiscalização da Susep	956	884
Outras	6	9
<b>Total</b>	<b>11.291</b>	<b>7.267</b>

	2011	2010
<b>20. Resultado Financeiro</b>		
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>242.854</b>	<b>192.935</b>
Títulos de Renda Fixa	240.703	191.085
Outras	2.151	1.850
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(111.244)</b>	<b>(85.668)</b>
Provisões Técnicas (Nota 14)	(100.808)	(80.429)
Impostos e Contribuições	(8.617)	(5.210)
Outras	(1.819)	(29)
<b>Total</b>	<b>131.610</b>	<b>107.267</b>

**21. Resultado Patrimonial**  
Composto por rendas de aluguéis no valor de R\$824 (31 de dezembro de 2010 - R\$771), despesas com depreciação de imóveis não de uso próprio no valor de R\$51 (31 de dezembro de 2010 - R\$52) e despesas com participação na Santander Brasil Seguros de R\$2.

**22. Ativos e Passivos Fiscais**

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
<b>a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários</b>				
Provisão para Contingências Cíveis	10	129	(123)	16
Provisão para Contingências Fiscais	2.465	2.480	-	4.945
Provisão para Contingências Trabalhistas	-	3	-	3
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda <sup>(1)</sup>	2.110	-	(1.987)	123
Ágio Amortizado	7.455	-	-	7.455
Outras Provisões Temporárias	2.061	172	-	2.233
<b>Saldo dos Créditos Tributários/Registrados</b>	<b>14.101</b>	<b>2.784</b>	<b>(2.110)</b>	<b>14.775</b>
	<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>Constituição</b>	<b>Realização</b>	<b>Saldo em 31/12/2010</b>
Provisão para Contingências Cíveis	9	99	(98)	10
Provisão para Contingências Fiscais	1.041	1.424	-	2.465
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda <sup>(1)</sup>	2.985	-	(875)	2.110
Ágio Amortizado	7.455	-	-	7.455
Outras Provisões Temporárias	2.150	(89)	-	2.061
<b>Saldo dos Créditos Tributários/Registrados</b>	<b>13.640</b>	<b>1.523</b>	<b>(1.062)</b>	<b>14.101</b>

<sup>(1)</sup> Inclui o crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

	Diferenças Temporárias			2011
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Total
2012	1.559	1.515	3	3.077
2013	16	590	3	609
2014	4.674	3.385	3	8.062
2015 a 2017	1.888	1.133	6	3.027
<b>Total</b>	<b>8.137</b>	<b>6.623</b>	<b>15</b>	<b>14.775</b>

Em função das diferenças existentes entre os respectivos contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

**c) Valor Presente dos Créditos Tributários**  
O valor presente do total dos créditos tributários e dos créditos tributários registrados é de R\$12.423 (31 de dezembro de 2010 - R\$11.340), calculados tendo em vista a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
<b>d) Tributos Diferidos</b>				
<b>Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos</b>				
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda <sup>(1)</sup>	2.186	8.668	-	10.854
<b>Total - Longo Prazo</b>	<b>2.186</b>	<b>8.668</b>	<b>-</b>	<b>10.854</b>

<sup>(1)</sup> Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

	Saldo em 31/12/2009	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2010
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	3	-	(3)	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda <sup>(1)</sup>	1.503	683	-	2.186
<b>Total - Longo Prazo</b>	<b>1.506</b>	<b>683</b>	<b>(3)</b>	<b>2.186</b>

<sup>(1)</sup> Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

	2011	2010		
<b>e) Impostos diferidos</b>				
Os dados dos saldos das rubricas créditos tributários diferidos e passivos fiscais diferidos são:				
<b>Créditos Tributários</b>	<b>14.775</b>	<b>14.101</b>		
Diferenças Temporárias	14.775	14.101		
<b>Passivos Fiscais</b>	<b>10.854</b>	<b>2.186</b>		
Ajuste ao Valor Justo dos Títulos Disponíveis para Venda	10.854	2.186		
As movimentações dos saldos das rubricas créditos tributários diferidos e passivos fiscais diferidos nos últimos dois anos foram:				
	<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>Ajustes ao Resultado</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Saldo em 31/12/2011</b>
Créditos Tributários Diferidos	14.101	2.661	(1.987)	14.775
Passivos Fiscais Diferidos	2.186	-	8.668	10.854
<b>Total</b>	<b>11.915</b>	<b>2.661</b>	<b>(10.655)</b>	<b>3.921</b>

	Saldo em 31/12/2009	Ajustes ao Resultado	Valor de Mercado	Saldo em 31/12/2010
Créditos Tributários Diferidos	13.640	1.336	(875)	14.101
Passivos Fiscais Diferidos	1.506	(3)	683	2.186
<b>Total</b>	<b>12.134</b>	<b>1.339</b>	<b>(1.558)</b>	<b>11.915</b>

**f) Imposto de Renda e Contribuição Social**

	2011	2010
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>203.144</b>	<b>264.183</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente</b>	<b>(81.258)</b>	<b>(105.673)</b>
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(134)	(247)
Demais Ajustes	13.298	14.209
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(68.094)</b>	<b>(91.711)</b>

	2011	2010
<b>g) Cálculo Efetivo das Alíquotas no Patrimônio</b>		
Lucro antes da Tributação	203.144	264.183
Imposto de Renda e Contribuição Social	68.094	91.711
Alíquota Efetiva	33,5%	34,7%

**h) Imposto Reconhecido no Patrimônio**  
Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado, a Santander Capitalização possui os seguintes valores no patrimônio:

	2011	2010
<b>Créditos de Impostos Contabilizados no Patrimônio</b>	<b>3.597</b>	<b>2.110</b>
Avaliação de Títulos (Renda Fixa) Disponíveis para Venda	3.597	2.110
<b>Despesas de Impostos Contabilizados no Patrimônio</b>	<b>(10.218)</b>	<b>(2.186)</b>
Avaliação de Títulos (Renda Fixa) Disponíveis para Venda	(10.218)	(2.186)
<b>Total</b>	<b>(6.621)</b>	<b>(76)</b>

**23. Partes Relacionadas**  
**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**  
A Assembleia Geral Ordinária da Santander Capitalização realizada em 31 de março de 2011, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2011, o valor máximo de R\$10.

A Santander Capitalização é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, controlador indireto da Santander Capitalização.

A Santander Capitalização não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não foram registrados despesas com honorários para a Diretoria.

**b) Participação Acionária**  
A Santander Capitalização é controlada pela Sancap e, indiretamente pelo Banco Santander, que possui participação acionária direta de 64.614.988 mil ações ordinárias, equivalentes a 99% do capital social.

**c) Transações com Partes Relacionadas**  
As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxa de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	2011	2010
<b>Ativo</b>		
<b>Disponibilidades</b>	<b>3.399</b>	<b>9.379</b>
Títulos e Créditos a Receber	3.399	9.379
<b>Banco Santander</b>	<b>686</b>	<b>66</b>
Passivo	686	66
<b>Contas a Pagar</b>	<b>-</b>	<b>(33.406)</b>
Banco Santander	-	(32)
Santander Seguros	-	(33.374)
<b>Débitos Operacionais</b>	<b>(125)</b>	<b>-</b>
Santander Brasil Asset	(125)	-
<b>Débitos de Operações com Capitalização</b>	<b>(14.155)</b>	<b>(2.263)</b>
Banco Santander	(14.155)	(2.263)
<b>Provisões Técnicas de Capitalização</b>	<b>(77.427)</b>	<b>(79.114)</b>
Banco Santander	(1.694)	(1.007)
Santander Seguros	(74.694)	(78.107)
Santander Brasil Seguros	(1.039)	-
<b>2011</b>	<b>2010</b>	
<b>Receitas (Despesas)</b>		

	2011	2010
<b>Resultado</b>		
<b>Receita Líquida com Títulos de Capitalização</b>	<b>132.660</b>	<b>-</b>
Banco Santander	1.294	-
Santander Seguros	129.331	-
Santander Brasil Seguros	2.043	-
<b>Despesas com Títulos Resgatados e Sorteados</b>	<b>(70.420)</b>	<b>-</b>
Banco Santander	(645)	-
Santander Seguros	(70.420)	-
Santander Brasil Seguros	(1.022)	-
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>	<b>(185.440)</b>	<b>(25.851)</b>
Banco Santander	(185.440)	(25.851)

### DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Superintendente  
Gilberto Duarte de Abreu Filho

Diretores Executivos

Amancio Acúrcio Gouveia

Angel Oscar Agallano

Hélio Flausino Gonçalves

Nilo Sérgio Silveira Carvalho

Elizeu da Silva Souza  
Contador - CRC 1SP156781/O-9

### PARECER ATUARIAL

títulos de capitalização vigentes no período, conforme as respectivas condições contratuais. A análise foi realizada por plano e consistiu em verificar, através de testes de consistências, se os montantes das provisões técnicas constituídas estão de acordo com o estabelecido pelas Resoluções CNSP nº 162/2006 e 181/2007, normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e Notas Técnicas Atuariais aprovadas por este órgão, de forma a refletir os compromissos técnicos com subscritores e titulares bem como atender ao equilíbrio atuarial da carteira.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2012.

Flavia Picchioni Tavares  
Atuário Responsável Técnico  
Atuário MIBA nº 1166

Gilberto Duarte de Abreu Filho  
Diretor Responsável Técnico  
Santander Seguros S.A.

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

	2011	2010
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(6.999)</b>	<b>(10.849)</b>
Banco Santander	(6.999)	(10.849)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(6.375)</b>	<b>(1.128)</b>
Banco Santander	(3)	-
Santander Brasil Asset	(1.402)	(1.128)
Santander Seguros	(4.951)	-
Santander Brasil Seguros	(20)	-
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>824</b>	<b>771</b>
Banco Santander	824	771

**24) Gerenciamento de Riscos**  
**Gerção do Risco**  
Dentro do contexto de gestão de risco, o foco é a manutenção de estratégias de proteção do capital da Santander Capitalização e respectivamente, de seus clientes, zelando pela liquidez, solvência e rentabilidade do negócio. São analisados entre outros os seguintes riscos:

**Gestão do Risco de Crédito**  
Risco de Crédito: risco dos emissores dos ativos e/ou contrapartes de transações das carteiras de investimento não cumprirem suas obrigações de pagamento (principal e juros) e/ou de liquidação das operações contratadas. A análise dos títulos que podem compor as carteiras segue fielmente os padrões estabelecidos pelas políticas internas. As empresas precisam ter uma nota mínima para serem consideradas elegíveis ao crédito.

**Gestão do Risco Operacional e Tecnológico (ROT) e da Continuidade dos Negócios**  
Risco Operacional é a probabilidade de perdas decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado. A gestão e controle dos riscos operacionais busca a eficácia do sistema de Controles Internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas.

**Gestão do Risco de Reputação**  
Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público. O gerenciamento de risco de reputação é realizado através do envolvimento responsável no negócio certo, com os clientes certos.

**Gestão do Risco de Compliance**  
Risco de Compliance é definido como risco legal, ou de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem enfoque proativo ao risco de conformidade, com a monitoria, educação e comunicação.

**Gestão do Risco de Liquidez**  
A gestão do risco liquidez pode ser definida como o conjunto de processos que visam garantir a capacidade de pagamento da instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis.

**O processo do Balanço (Ativos e Passivos)**  
O processo estruturado de gestão de ativos e passivos (ALM) analisa conjuntamente os ativos e passivos da Santander Capitalização, seus fluxos de caixa, características e riscos. O processo é responsável por administrar o negócio para que decisões sobre ativos e passivos sejam tomadas de forma coordenada, sendo este um processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão de estratégias relacionadas a